



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0277/16	DATA: 26/04/2016	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 14h35min	TÉRMINO: 18h15min	PÁGINAS: 97

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Lobista. SÉRGIO RIERA - Advogado.

SUMÁRIO
Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenções ininteligíveis. Houve intervenções inaudíveis. Houve intervenções simultâneas ininteligíveis. Há palavras ou expressões ininteligíveis. Há oradores não identificados. A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Declaro aberta a reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar destinada à oitiva do Sr. Fernando Antônio Falcão Soares, testemunha arrolada... *(Manifestação no plenário.)*

Senhores! Senhores! *(Manifestação na plateia: Fora, Cunha!)*

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Opa! A segurança, por favor, para tirar dali aquele cartaz, agora!

Agora começou a sessão. Agora, por favor, começou a sessão. Não vou permitir...

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Falta de respeito!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não vou permitir nada disso.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Não sou a favor de ninguém, não. É falta de respeito fazer isso aqui. Por que não o tiram da Presidência, então?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, eu já mandei tirar o cartaz. Deputado...

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Se for preciso, eu vou lá e arranco no braço. *(Manifestação no plenário.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado... Deputado, V.Exa...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - V.Exa. não está na delegacia, não.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, começou a sessão.

Essas atitudes deveriam ter sido tomadas também na votação do *impeachment*, quando os cartazes apareceram, e ninguém tomou nenhuma providência. Portanto, V.Exa. não tem razão, Deputado.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Foi no final, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não, foi durante.

Declaro aberta a reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar destinada à oitiva do Sr. Fernando Antônio Falcão Soares, testemunha arrolada



pelos autores da Representação nº 1, de 2015, em desfavor do Deputado Eduardo Cunha.

Registro a presença do Dr. Marcelo Nobre, advogado do Deputado Eduardo Cunha.

Seja bem-vindo!

Em 15 de abril...

Deputado, por favor, os trabalhos começaram.

Em 15 de abril, o Deputado Subtenente Gonzaga solicitou ao Relator, Deputado Marcos Rogério, que requeresse à Procuradoria-Geral da República documentos referentes à delação premiada de Ricardo Pernambuco Júnior. A petição foi enviada ao Relator para análise.

Informo que as passagens do Sr. Fernando Soares e do seu advogado, Dr. Sérgio Riera, foram custeadas pela Câmara dos Deputados. Darei maiores explicações depois.

Este Conselho recebeu, ontem, por *e-mail*, petição do Dr. Marcelo Nobre informando que o representado arcará com as despesas das testemunhas da defesa.

O nobre advogado enviou também, ontem, outra petição dispensando a oitiva de quatro de suas testemunhas arroladas, mantendo apenas as seguintes: Prof. Tadeu de Chiara, Dr. Antônio Fernando de Souza, Dr. Didier de Montmollin e Dr. Lúcio Velo.

Informo que testemunhas da defesa declinaram do convite. Embora só tivessem sido mantidas quatro, o Sr. Francisco Rezek, o Dr. Luiz Sérgio e o Prof. Tadeu de Chiara já haviam enviado correspondência no sentido de que não tinham nada a ver com o processo e que não tinham o que testemunhar.

Esclareço que o advogado do Sr. João Henriques não nos informou, até o momento, se ele aceitará prestar esclarecimentos à comitiva deste Conselho, amanhã, em Curitiba. *(Pausa.)* Nós estamos tentando falar com o advogado. Ele ficou de dar a resposta agora à tarde. Tentamos falar com o advogado, e não conseguimos.



A presente reunião destina-se à oitiva do Sr. Fernando Soares, testemunha arrolada pelos representantes, os partidos PSOL e Rede, referente à Representação nº 1, de 2015, em desfavor do Deputado Eduardo Cunha.

Registro a presença do Sr. Fernando Soares.

Faço alguns esclarecimentos a respeito da oitiva do depoente, conforme dispõe o art. 12 do regulamento deste Conselho de Ética.

A testemunha prestará compromisso e falará somente sobre o que lhe for perguntado, sendo-lhe vedada qualquer explanação ou consideração inicial à guisa de introdução.

Inicialmente será dada a palavra ao Relator, Deputado Marcos Rogério, para que formule as suas perguntas, que poderão ser feitas em qualquer momento que entender necessário.

Após a inquirição inicial, será dada a palavra ao advogado do representado, Dr. Marcelo Nobre.

A chamada para que os Parlamentares inquiram o depoente será feita de acordo com a lista de inscrição, chamando-se primeiramente os membros deste Conselho, que têm até 10 minutos improrrogáveis para formularem perguntas, com 5 minutos para a réplica.

Será concedida aos Deputados que não integram o Conselho a metade do tempo dos membros.

O Deputado que usar da palavra não poderá ser aparteado e o depoente não será interrompido, exceto pelo Presidente ou pelo Relator. *(Pausa.)*

Srs. Deputados, senhores da imprensa, para que este depoimento pudesse ter êxito no dia de hoje, alguns procedimentos e alguns acordos tiveram que ser feitos no Conselho de Ética, entre o Presidente, o Relator e o Vice-Presidente. Alguns Deputados estavam comigo, na sala da Presidência do Conselho, e o advogado do Fernando Soares, e ele colocou algumas coisas para que nós tivéssemos êxito nesta sessão e pudéssemos ouvir o Fernando Soares.

O Conselho aquiesceu em função de entender que este depoimento é muito importante para as investigações, para o Conselho de Ética, para nós prestarmos a devida satisfação ao Brasil, que está a nos ver neste instante.



Uma das exigências do advogado, que nós vamos atender, é que seja preservado... Aliás, ele queria uma sessão fechada, uma sessão reservada. Nós não aceitamos. O Presidente do Conselho, o Relator e o Vice-Presidente não aceitaram esse tipo de exigência.

Aceitamos, sim, pelas razões que foram apresentadas, que não fossem transmitidas as imagens do Fernando Soares quando estivesse depondo neste Conselho. Aceitamos isso, que não fossem transmitidas tanto imagens televisivas como fotografias.

Não aceitamos que os repórteres não assistissem ao depoimento. Eles têm de assistir, vão assistir.

A voz poderá ser gravada, sem nenhum problema. Não será admitida a transmissão das imagens, porque, para que a imagem seja transmitida, é preciso ter, conforme a lei, uma autorização por escrito do Sr. Fernando Soares. E ele não deu essa autorização e não quer que a sua imagem seja transmitida por televisão nem fotografada.

Portanto, eu vou pedir aos senhores da imprensa, aos senhores fotógrafos e aos senhores que carregam celular que desliguem os seus celulares, porque nós não vamos permitir que seja transmitida nenhuma imagem nem que seja tirada nenhuma fotografia do Sr. Fernando Soares neste recinto. Foi o acordo que o Conselho de Ética fez para que esta oitiva tivesse êxito...

Aguarde um minuto, Deputado! Quando eu acabar de dar a explicação, V.Exa. terá todo o direito.

Então, senhores, ou o Conselho de Ética aceitava o acordo ou não haveria nenhuma oitiva no dia de hoje. E acho que é muito importante que essa oitiva seja feita.

Poderíamos fazer uma sessão reservada, mas isso não seria de bom alvitre para nós, Deputados do Conselho de Ética, e uma boa resposta para o Brasil.

Então, eu quero dizer aos senhores...

Deputado, 1 minuto. Eu já ouvi. Outros Deputados já pediram a palavra antes. Eu vou dar a todos a palavra.

Agora, quero pedir a V.Exas. que, antes de começar o depoimento, sejamos econômicos nas ponderações, nas colocações feitas aqui, para evitarmos que



comece a Ordem do Dia. Nós temos uma espada apontada para nossa cabeça, que é parar o depoimento em função do tempo.

O Deputado Manoel Junior está, realmente, entendendo o que estou dizendo e, exatamente, aprovando o que estou dizendo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Como, Deputado?

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Só estou ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Ah, entendi. É um prazer ter V.Exa. como ouvinte.

Então, quero pedir aos senhores que desliguem as televisões e as câmaras fotográficas e as retirem do recinto.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, deixe-me passar as instruções, primeiro. Calma, Deputado! V.Exa. é um *gentlemen*, é um Deputado muito calmo. Não é agora que V.Exa. vai perder a calma.

Deputado Onyx Lorenzoni, V.Exa. pediu a palavra primeiro. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, eu também quero me inscrever para falar sobre essa questão.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, por uma questão de experiência que acumulei ao longo da minha vida pública... Eu participei de mais de 12 CPIs ao longo da minha vida pública. Eu tive oportunidade de estar nas oitivas do Sr. Fernando Baiano na CPI da PETROBRAS, lá em Curitiba. O Sr. Fernando Baiano fez uma delação premiada, é uma figura — todos vão conhecer aqui — bastante fria e muito esperta. Ele não movimentou os milhões de dólares que movimentou por ser burro.

Então, Sr. Presidente — e quero a atenção do Sr. Relator, também, para a contribuição que quero dar —, aqui nós precisamos fundamentar um voto para encaminhar uma decisão do Conselho de Ética. Não se trata de nós informarmos o Brasil. O País já está informado pela colaboração premiada do Sr. Fernando Baiano,



que está disponível na Internet para quem quiser ver. Aqui se trata de firmar a convicção dos membros do Conselho de Ética para o voto que teremos que dar, mais dia menos dia.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero recolocar a discussão de que seria muito mais adequado — seguramente teríamos muito mais condições de fazer a testemunha falar — se a reunião fosse reservada.

Eu tenho absoluta convicção do que estou dizendo pela experiência que acumulei nesses anos todos.

Por isso, eu quero fazer um apelo a V.Exa. para que coloque a questão para deliberação do Plenário. Se o Plenário deliberar que a reunião deve ser reservada, nós vamos poder tirar todas as informações do Sr. Fernando Baiano. Se nós fizermos a sessão meio aberta, meio reservada, como proposto, não vamos obter o que nos interessa para fundamentar o relatório do Relator.

Aqui está falando alguém que se acostumou a investigar em Comissão Parlamentar de Inquérito, quer seja desta Casa, quer seja Mista, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Por essa razão, faço um apelo para que V.Exa. coloque para deliberação do Plenário as duas propostas. Uma delas é a proposta desta sessão meio aberta, meio fechada, em que a imprensa não pode fotografar. Pelo que vi nas oitivas da CPI da PETROBRAS, o Sr. Fernando Baiano vai escorregar naquilo que é vital. Se fecharmos aqui, o Conselho vai firmar a sua convicção, porque ele vai piar aqui, ele vai falar, ele vai entregar o leite.

Eu estou usando o bom português, o que se discute em delegacia de polícia. Portanto, faço um apelo para que a deliberação seja do plenário. Peço aos pares para aprovar a reunião reservada, porque ela vai nos dar condição de chegar aonde — espero — a maioria deseja, que é aos argumentos para um relatório que aponte pela cassação do Sr. Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Onyx Lorenzoni, esta Presidência não se opõe em fazer fechada ou aberta. A única coisa que eu quero é que o depoente dê o seu depoimento. Se há uma proposta do Deputado para fazer reservada, se V.Exa. a fizer...

Espera, Deputado! Calma! Eu entendi V.Exa.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - De ofício, V.Exa. pode colocar em votação. Aprova ou desaprova!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - V.Exa. está apressado e não quer deixar o Presidente falar. Por favor, Deputado, deixe o Presidente se colocar.

Eu não me oponho em fazer uma reunião reservada. Eu, apenas, quis trazer o que conversei com o advogado. O advogado vai adorar isso que V.Exa. falou. Não há nenhum problema. Para mim, não há nenhum problema. Colocarei em votação já! Não tenha dúvida de que vou colocar em votação a proposta de V.Exa. Pode ficar tranquilo. É uma proposta que vou colocar em votação, e este Colegiado vai deliberar. Para mim, não há problema.

Srs. Deputados, peço a V.Exas. que sejam rápidos.

Concedo a palavra ao Deputado Valmir Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, não vou discutir conforme o Deputado ao meu lado está questionando. Eu me sinto no direito de fazer uma indagação a V.Exa., já que trouxe para o plenário uma observação como se ela já estivesse concretizada pelo Conselho, por V.Exa., pelo Relator e por mais algumas pessoas.

A minha pergunta objetiva é se o depoente falará numa sessão reservada ou numa sessão aberta. V.Exa. disse que ele, com o advogado dele, indagou a possibilidade de falar apenas retirando as imagens, ou seja, imagem televisiva, filmagem de qualquer tipo e fotografia. Sendo assim, se houver a certeza de que ele falará apenas dessa forma, não vejo motivos para a sessão ser reservada. Agora, ainda assim, acho que isso deve ser colocado em votação no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - V.Exa. há de convir que eu não tomei a decisão. Deputado Valmir Prascidelli, eu não quis tomar uma decisão unilateral, só minha, para fazer reservada ou não. Eu não aceitei. Na verdade, era isso que o advogado queria. Ele pediu isso, e eu não aceitei. Logicamente, estou trazendo aqui o que conversei com o advogado, a posição dele, e é óbvio que eu sabia que um questionamento como esse seria ser feito. E eu não me oponho. O que não podia acontecer era eu decidir, lá dentro, com o Relator e com o Vice-Presidente, se seria reservada ou aberta.



(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Por favor, senhores!
Por favor!

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Vamos deliberar, Presidente. Já está compreendido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu, o Presidente, não poderia tomar essa decisão. Então, trouxe isso para cá, sabendo que esse questionamento seria feito. Eu não poderia decidir sozinho, porque depois eu seria sacrificado, porque decidi que seria reservada e que foi imposta pelo depoente e pelo advogado.

Eu quero dizer aos senhores o seguinte: colocarei em votação a proposta. Se aprovada... O que eu não queria era fechar a sala por minha iniciativa. Portanto, eu tinha que dizer ao advogado "sim" ou "não". Eu o questionei lá fora e disse que não, mas...

Espera aí, Deputado Júlio. Ou V.Exa. espera o Presidente falar ou não dá.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, eu gostaria de falar antes de ser colocada em votação a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Zé Geraldo...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Eu gostaria de falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Por favor.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, eu vou colocar a minha opinião. Naturalmente, nós não conversamos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - É sobre a questão?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - É sobre a questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Então, eu vou colocar em votação.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Mas eu vou divergir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Divirja no voto.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Mas eu preciso falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Então, fala.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, na minha avaliação, o que o Fernando Baiano vai dizer, se de modo aberto ou fechado, não vai ser



determinante. Quem já fez delação premiada... O Ministro Teori Zavascki acaba de autorizar a abertura de mais dois inquéritos sobre o Presidente Eduardo Cunha. Já vai para seis, Sr. Presidente.

Eu não acredito que o Supremo vá continuar se acovardando como esteve até agora. Não vai dar tempo. Este Conselho, Sr. Presidente, se tornou impotente. Então, eu sou favorável a que o depoimento seja aberto; a mídia tem que cobrir. Se quiser falar fala, se não quiser vai embora sem falar, porque não faz diferença o que ele vai dizer em reunião aberta ou fechada.

É claro que a meia aberta... O que fala em reunião fechada hoje é aberto, imagina! Eu sou da opinião de que tem que ser aberta. O que ele vai falar em reunião fechada não faz mais diferença. Nós já temos elementos suficientes aqui para este Conselho afastar o Deputado Eduardo Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, eu entendi V.Exa. Mas V.Exa. tem que entender os direitos das pessoas, e ele, como delator, tem assegurado o direito de preservação da imagem, até em juízo. Ele pediu, e nós temos que atender. Portanto, eu vou atender e vou colocar em votação.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Isso. É só isso, Presidente. Quero só reforçar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, por favor...

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Só um segundo, quero fazer um apelo ao companheiro do PT para que possamos assinar embaixo da proposta do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - No voto.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - A proposta dele é de abrir total, e eu estou na sua linha da mediação. Já foi feito um acordo, vamos cumprir o acordo que o Presidente fez. Eu quero fazer um apelo no sentido de mantermos a posição do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Mas agora há uma proposta do Deputado Onyx Lorenzoni de os Deputados que votarem pela sessão fechada votarem "sim" e os que votarem pela sessão aberta...

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Presidente, só a título de compreensão. Se a sessão for aberta, o depoente não vai falar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não é isso.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Vai?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O depoente vai falar.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Se for aberta, ele vai falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Espera aí: aberta da forma como ele quer, da forma como ele propôs: sem imagem de televisão e sem fotografia.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, o que nós falamos até agora não foi transmitido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Como é, Deputado?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Eu fiz uma fala aqui agora e a *TV Câmara* não está transmitindo a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, eu já pedi...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Mas espera aí...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, eu já pedi para tirar as máquinas.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - A *TV Câmara* está fechada, não transmite nada aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, eu não posso mandar na *TV Câmara*.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Nem Internet, nem áudio, nem nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu não posso mandar na *TV Câmara*. Eu já pedi para tirar as máquinas. E aí, paciência.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu só quero ponderar que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu mando neste Conselho de Ética, eu não mando...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Presidente, V.Exa. me dá a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não, Deputado Júlio.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu só quero ponderar que uma sessão semiaberta pode gerar especulação futura. A questão de sair televisão, de sair áudio e ficarem os repórteres, a assistência para ouvir, é uma meia decisão. Por



isso a deliberação de V.Exa. é no sentido de fazer a votação, de aferir a votação, para que possamos aproveitar da melhor forma possível, para não se suscitar que V.Exa. está fazendo exploração midiática, para não se suscitar que este Conselho está protelando e não está deixando as coisas andarem. Nós queremos que as coisas andem e que surtam os efeitos para o Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Encerrados os questionamentos, eu farei uma votação simbólica.

Levantem a mão os que quiserem...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O que se vai votar? Qual é a proposta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - A proposta é a seguinte: a sessão fechada. Todos os que quiserem uma sessão fechada levantem a mão.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Reservada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Reservada, desculpe-me.

Todos os que quiserem uma sessão reservada levantem a mão, e os que não quiserem...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Nos termos do acordo que V.Exa. fez...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não estou colocando os termos mais. A esta altura, é reservada ou nos termos que eu coloquei.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, nós vamos encaminhar pelo acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Diante dos argumentos... O Presidente não vota, mas eu acho, a esta altura, que os Deputados têm que deliberar. Se for reservada, muito bem.

Então, os Deputados que querem a reservada levantem a mão, por favor.
(Pausa.)

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, tem que ver o que é fechado, o que é reservado, o que é aberto, o que é semiaberto. Eu não estou entendendo nada.



(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Por favor, senhores. Reservada... Levantem a mão: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente, eu vou só explicitar, aqui, sobre a reunião reservada.

Art. 48 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

“Art. 48.....

§ 1º Serão reservadas, a juízo da Comissão, as reuniões em que haja matéria que deva ser debatida com a presença apenas dos funcionários em serviço na Comissão e técnicos ou autoridades que esta convidar.”

E mais os Parlamentares. É isso. Por isso é que defendemos essa tese, Presidente.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Sr. Presidente, quero apenas registrar meu voto pela sessão aberta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Nós estamos trazendo para votação um acordo do Conselho de Ética sobre se será reservada ou não.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Presidente José Carlos Araújo, V.Exa. está trazendo para o Plenário uma deliberação que pode ser tomada por V.Exa. e pelo nobre Relator Deputado Marcos Rogério, que eu tenho certeza absoluta de que quer ouvir o depoente da melhor forma possível. Pode ser uma decisão de V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu trouxe a Plenário a pedido do Plenário. Então...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, eu defendo sessão aberta, mas é bem aberta mesmo. Sou contra a sessão fechada.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Sr. Presidente, quero registrar meu voto pela sessão aberta.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sessão aberta também!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Então, são 19...

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Então vamos fazer aberta, Sr. Presidente. A maioria quer aberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - São 19 Deputados.

Eu coloquei em votação: de 19 Deputados presentes, 8 levantaram a mão. Portanto, 8 votaram pela sessão reservada, e 11...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Por favor, Deputado.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Presidente, há vários Deputados que, como eu, estão sugerindo que a gente vote também a possibilidade de sessão aberta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, V.Exa. teve o direito de votar. V.Exa. teve o direito de votar.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Então coloque em apreciação a possibilidade de sessão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu coloquei! Ou fechada ou aberta! V.Exa. (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Presidente, por favor, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Já está claro que a posição pela sessão reservada perdeu. Já perdemos muito tempo nessa discussão. Vamos seguir o acordo que V.Exa. construiu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Muito bem. Vamos seguir o acordo. Agora, senhores, a sessão aberta, mas nas condições propostas, ou seja, sem máquinas fotográficas, sem máquinas de televisão.

Peço à Segurança que retire as câmeras e as máquinas fotográficas e que proíba qualquer pessoa de fotografar com seus celulares. E peço...

Isso é crime. Se alguém tentar gravar alguma imagem quando o depoente estiver aqui, isso é crime. Quero avisar aos senhores.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, só uma observação. O encaminhamento, segundo o que disse V.Exa., é sem imagens...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - E sem fotografia.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sem fotografia e sem filmagens. Portanto, eu entendo que o áudio desta sessão...



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O áudio é permitido. No acordo...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - ... tem que ser transmitido automaticamente. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, eu não posso obrigar ninguém a transmitir nada. Está livre a transmissão o áudio. Agora, esta Presidência, o que passa dessas paredes, não pode obrigar ninguém a transmitir nada.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - É evidente, Sr. Presidente, que V.Exa. não pode obrigar ninguém, mas V.Exa. precisa registrar...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sugira à *Rádio Câmara* que faça a transmissão. Sugira, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - ... para que, na hipótese de haver algum boicote, fique registrado na ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Está muito claro para todos.

Peço à Segurança, por favor, a retirada das máquinas fotográficas e das câmeras.

(Não identificado) - E os celulares?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Os celulares, desligados.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. Presidente, enquanto a Segurança está agindo, eu tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Deputado, um minuto.

Srs. Deputados, senhores da imprensa, eu não estou pedindo que ninguém da imprensa se retire. Eu quero que os equipamentos sejam retirados da sala. Os repórteres que vão transmitir áudio podem ficar, podem transmitir o áudio. Não podem transmitir imagem.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Vamos pedir à técnica que aumente o microfone do Presidente, para que possamos ouvir melhor o Presidente. Por favor, aumentem o som do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Obrigado.



Caros senhores, é para retirarem os equipamentos de filmagem e as máquinas fotográficas. Os repórteres, os jornalistas, todos que quiserem continuam na sala sem nenhum problema.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Presidente, amanhã está confirmada a ida ao Paraná?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Ainda não, Deputado. Estamos aguardando o telefonema do advogado, que não confirmou ainda.

Alguém pediu uma questão de ordem.

Prascidelli, V.Exa. pediu para falar agora?

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Era para falar dessa questão do áudio, Presidente.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Eu pedi, Presidente.

Eu só queria...

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Peço uma questão de ordem, no momento adequado.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Já vou concluir.

Não teria como V.Exa. conversar de novo com o advogado? Ele já fez tantas manifestações públicas, tantas manifestações liberadas! Pelo acordo dele, ele é obrigado a falar a verdade, senão a delação dele não tem mais valor, ele perde os benefícios. V.Exa. não acha que há espaço para chamá-lo aqui, em vez de proibir a liberdade de imprensa, de filmar, de fotografar? Afinal, ele assinou um acordo, Presidente. E, nesse acordo, ele é obrigado a, onde ele for falar sobre essa pauta, sobre esse tema, a dizer absolutamente tudo e a verdade, sob pena de perder os benefícios.

É constrangedor isto aqui, fazer uma sessão supostamente pública, supostamente aberta, onde os profissionais da comunicação, representantes da liberdade de imprensa, têm que roubar uma imagem, roubar uma foto.

Então eu pergunto se há espaço, Presidente, para V.Exa. mudar essa forma de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Deputado, o Relator vai falar, mas quero dizer a V.Exa. o seguinte: as razões apresentadas pelo advogado... A lei permite, até em juízo, que isso seja cumprido. Então, ele tem o



direito de preservar a imagem dele. Ele explicou as razões dele, e eu tive que aceitar.

Deputado Marcos Rogério, por favor, V.Exa. está com a palavra.

Por favor, senhores. Segurança, por favor, retire as máquinas.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu queria fazer uma observação na linha do que o Deputado Marchezan disse.

Veja, eu tenho uma preocupação: em matéria dessa natureza, é preciso ser o mais cauteloso possível. O colaborador, testemunha neste Conselho, fez uma solicitação. O Regimento Interno estabelece três condições para a realização da sessão. Mas, além disso, na linha que V.Exa. questiona, a Lei nº 12.850, que disciplina o instituto da delação, coloca como direitos do colaborador as medidas de proteção previstas na legislação específica, como ter nome, qualificação, imagem e demais informações pessoais preservadas; ser conduzido em juízo separadamente dos demais coautores e partícipes. E o texto segue. O que ele está pedindo aqui está acobertado pela legislação.

Então, não há uma inovação no pedido apresentado pela testemunha que se apresenta ao Conselho e não há inovação dessa Mesa diretiva dos trabalhos no sentido de fazer a sessão com reserva com relação a imagens.

Eu tenho uma preocupação, que eu queria compartilhar com os senhores e com a imprensa que está aqui. Se a sessão vai ocorrer com uma semirreserva, ou seja, com a presença da imprensa aqui, eu quero só alertar aos senhores e às senhoras que a violação do disposto na legislação poderá acarretar a nulidade das provas.

Eu faço este alerta para posteriormente alguém não ser pego de surpresa.

Eu estou preocupado porque há um acordo estabelecido, há uma série de regras estabelecidas com o depoente, e eu não quero ser partícipe, no futuro, de uma violação de uma regra nesses termos que ocasionará fatalmente a prejudicialidade das provas. É apenas um alerta.

(Não identificado) - Pode ocasionar responsabilidade civil e criminal, não anulação da prova.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MORON - Sr. Presidente, por favor. Eu peço a palavra.

(Não identificado) - Não evitará... Eu acho que é uma análise equivocada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, eu vou dar a palavra.

Já está presente na sala o Dr. Sérgio Riera, que é o advogado do Baiano. Peço ao advogado para se sentar ao nosso lado, porque nós estamos...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Marun, eu já ouvi.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Tem questão de ordem, Sr. Presidente, só para lembrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Marun, eu vou dar...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, V.Exa. pode, por gentileza, me dar a palavra apenas para me referir a isso que disse o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Por favor, Deputado. Deixe-me arrumar aqui a mesa.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Enquanto V.Exa. arruma, eu só quero dizer, com todo respeito e admiração que eu tenho pelo Relator, que discordo frontalmente dessa manifestação. Frontalmente! Não há qualquer relação da veiculação de imagens aqui com a validade ou não das provas produzidas para este Conselho. Quem fizer imagens do depoente estará entrando em contradição com a lei de colaboração, não com o Regimento Interno da Casa. Isso...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Não, Deputado Molon. O Art. 48 é claro com relação às três modalidades de reunião. V.Exa. me perdoe a veemência. Eu prefiro que seja pública. Se tem alguém que gostaria que fosse pública é o Relator.

Mas, veja: quando se está num ambiente de concórdia, de pacificação das ideias, pode-se fazer acordo, pode-se alterar o acordo no meio do jogo. Não tem problema nenhum. Agora, quando você está diante de uma situação complexa como



esta, eu prefiro seguir as regras, para não ter depois questionamento que possa desbordar no prejuízo. É só essa precaução.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, nós estamos seguindo inteiramente as regras. Não há aqui qualquer desvio do Regimento. Esta não é uma sessão reservada. Foi submetida à deliberação. O colegiado deliberou que a sessão é aberta, ou seja, qualquer cidadão que estiver na Casa pode entrar neste recinto e ouvir o depoimento. O que V.Exa. disse é que não está autorizada a realização de qualquer imagem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não, está proibida.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Está proibida qualquer realização de imagem do depoente, seja filmada ou fotografada. Quem o fizer estará desrespeitando, como V.Exa. alertou, uma lei. Isso nada tem a ver com o caráter da sessão. Isso nada tem a ver com o Regimento Interno da Casa, com o manual do Conselho de Ética. Então, por favor, não se diga que se alguém fizer uma foto provoca uma nulidade da prova, porque essa pode ser a senha para alguém queira anular o depoimento. Isso está errado! Isso não existe!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Molon, a Segurança está alertada. Qualquer imagem que tentarem fazer, se for por celular ou qualquer outro equipamento, será apreendido o equipamento dentro do Conselho e...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, V.Exa. há de convir...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, eu estou falando da imprensa. Isso é outra coisa. Deputado, eu sei que o Deputado é responsável e não precisa disso. V.Exa. há de convir que eu estou falando para as pessoas que não são Deputados. Os Deputados têm a consciência das suas responsabilidades e sabem...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - V.Exa... Não queira fazer retórica uma hora dessa. Deputado, V.Exa...



(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado...

O SR. DEPUTADO ÁTILA LIRA - Ninguém tira celular meu! Não vou tirar fotografia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, V.Exa. está com uma conversa que não tem nada a ver. V.Exa. sabe que não tem nada a ver com V.Exa. Eu falei com as pessoas que não são Deputados. Eu sei que V.Exa., como Deputado, não tem a índole de fazer esse tipo de coisa, porque, de qualquer forma, V.Exa. estaria infringindo a lei, e V.Exa. não o faria. Tenho certeza absoluta disso. Quando falei, não foi em direção aos Deputados.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, estou avisando categoricamente sobre a proibição do registro de imagem. Eu pedi aos repórteres que retirassem as máquinas fotográficas e as de imagens. Eu disse também que os celulares seriam apreendidos. Logicamente, nós estamos falando para a imprensa não usar esse tipo de artifício para conseguir uma imagem, para não prejudicar o depoimento. Foi um acordo que fiz com o Dr. Riera. Nessa condição, viria o Baiano dar o depoimento. Se não fosse assim, não teríamos o depoimento. Portanto, já foi votado e foi acordado.

Eu vou pedir à Segurança que introduza o Baiano.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, permita-me.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Eu quero só concluir a minha manifestação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Carlos Marun, V.Exa. me perdoe. V.Exa. tem toda a razão, pois já pediu a questão de ordem há algum tempo. Estou dando a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, antes dele, quero concluir a minha manifestação.

O art. 5º da Lei de Colaboração dispõe:

“Art. 5º São direitos do colaborador:



.....
V - não ter sua identidade revelada pelos meios de comunicação, nem ser fotografado ou filmado, sem sua prévia autorização por escrito.”

O art. 18 estabelece:

“Dos Crimes Ocorridos na Investigação e na Obtenção da Prova

Art. 18. Revelar a identidade, fotografar ou filmar o colaborador, sem sua prévia autorização por escrito:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.”

É por isso que ninguém vai fazer imagem. Não é por causa do Conselho de Ética, mas sim porque é crime.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Foi exatamente o que eu falei. Cada um é responsável pelos seus atos, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Basta! Pronto! Quem é que vai fazer uma foto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Carlos Marun, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. Presidente, faço uma questão de ordem, com base no art. 95 do Regimento Interno, acerca da interpretação dos arts. 10, incisos I e III, e 66 do primeiro Regimento Interno, em relação ao inciso IV do art. 4º e ao art. 14 do Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Traduzindo: a confusão que se está fazendo, no momento das inquirições, era entre tempo de Líder, tempo para apresentar questionamentos e a utilização desses tempos. É nosso entendimento que uma coisa é a utilização de tempo de Líder, estabelecida como destinada ao debate em torno de questão de relevância, outra coisa é a utilização de tempo de Líder por Líderes para fazer questionamentos. Essa é a nossa questão de ordem.

Quem for Líder e não for membro desta Comissão que faça seus questionamentos na condição de membro, não utilizando para tanto o tempo de Líder. É o resumo em relação à questão de ordem que faço à Mesa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu recolho a questão de ordem.

Eu queria fazer um acordo de procedimento com V.Exas. Eu darei a palavra aos Líderes após o depoimento. Após o depoimento, eu darei a palavra aos Srs. Líderes que a solicitarem. Estão de acordo? Será depois do Relator, depois do depoimento. Está bem? *(Pausa.)*

O Advogado Sérgio Riera foi buscar o depoente? *(Pausa.)*

Por favor, peço à Segurança que preste toda atenção no registro de imagens. Não pode haver imagem.

Há uma relação de inscritos dos Deputados membros da Comissão para a oitava.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Peço que me inscreva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Inscreva, por favor, o Deputado Betinho Gomes.

Então, eu vou dar a relação dos Deputados inscritos, por ordem. Primeiro, Júlio Delgado, Nelson Marchezan Junior, Sandro Alex, Manoel Junior, Valmir Prascidelli, Zé Geraldo, Bebeto, Assis Carvalho, Leo de Brito, Onyx Lorenzoni, Paulo Azi, Sérgio Moraes, Betinho Gomes, Carlos Marun. Não membros: Chico Alencar, Ivan Valente, Alessandro Molon. Como membros: Cacá Leão, Ricardo Izar.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Senhores, nós estamos providenciando uma sala aqui ao lado, onde vai ter o áudio. Tudo o que for dito aqui vai chegar à outra sala, para evitar que as pessoas fiquem todas desacomodadas, amontoadas ali na entrada da sala. Então, já está sendo providenciada. Para quem está do lado de fora, vai estar aberta uma sala ao lado. *(Pausa.)*

Peço às pessoas que estão ali para chegarem para trás. Pronto.

Srs. Deputados, quero dizer que nós fizemos uma consulta sobre umas questões de ordem que foram feitas aqui, para o Conselho de Ética. Nós as transformamos em consulta e, no dia 12 de abril, mandamos para a Secretaria-Geral, para pegar número e voltar. Isso, geralmente, leva 2 dias; sempre levou 2 dias. Quero dizer aos senhores que foi no dia 12. Hoje são 26.



Então, os senhores vejam o seguinte: não cabe à Secretaria-Geral juízo de valor do documento que recebeu para ser numerado do Conselho de Ética. Tem que numerar e enviar ao Conselho de Ética. A Secretaria-Geral está segurando os documentos lá, e não despacha.

Isso é ingerência no Conselho de Ética, nos documentos que chegam a este Conselho de Ética. Nós transformamos isso em consulta. Nós somos obrigados, em consulta, a mandar para numerar na Mesa, e depois volta. Foi há 15 dias e não volta. É mais uma ingerência da Mesa Diretora, podemos dizer, porque a Secretaria-Geral não iria tomar essa deliberação sozinha. É mais uma ingerência...

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Da Mesa, não, Sr. Presidente. Da Mesa Diretora, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Tanto que a Mesa não iria tomar, exatamente tomar essa decisão de segurar...

Então, estamos aguardando só que o depoente chegue. Assim que chegar...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, quer dizer que os documentos solicitados pelo Relator para a instrução desse processo estão ficando presos na Secretaria?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não. São questões de ordem.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Eu não entendi. V.Exa. pode explicar melhor?

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Mas já há uma determinação da Mesa aqui anulando isso, Sr. Presidente.

Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Há uma decisão da Mesa anulando isso aí que o senhor terminou de falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Como, Deputado?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Eu não entendi o que houve, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Diz assim:



“É nula a conversão de questões de ordem levantadas pelos Srs. Deputados Marcos Rogério, Onyx Lorenzoni e Júlio Delgado em consulta ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, na reunião de 30 de março de 2016, dado que, embora lícito a qualquer Deputado formular consulta a órgãos técnicos da Casa, a conversão em tela impede a interposição de recurso prevista no art. 57, XXI...”

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, não é a mesma coisa.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Eu estou mostrando para V.Exa., Sr. Presidente, que a Mesa já anulou isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Ele não pode anular um documento que não está na mão dele. Não chegou para a Mesa, não é da Mesa. Depois de o documento produzir efeito aqui, ele tome a posição que quiser. Mas, antes, o documento foi para tomar número, só para tomar número, e voltar.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Eu estou dizendo a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não procede o ponto.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Eu não entendi o que houve, Sr. Presidente. O senhor pode explicar? Os documentos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Nós transformamos as questões de ordem em consulta, aprovada por esta Casa.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Mas são documentos que chegaram...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Por favor, peço à segurança que conduza os senhores que estão em pé para a sala 9, onde terá áudio. Por favor, os senhores que estão em pé, e que não são Deputados, é lógico, dirijam-se para a sala 9, onde terá áudio para todo mundo; os que não são Deputados, é claro. Por favor, peço à segurança que conduza o pessoal.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Ninguém quer sair, não, Sr. Presidente. Eles preferem ficar em pé aqui, olhando.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Cacá Leão, ou nós cumprimos isso ou não teremos depoimento.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Senhores, por favor! As pessoas que estão em pé e que são visitantes podem ir para a Sala 9, porque nós vamos ter depoente. Ele está se sentindo constrangido e não quer vir enquanto não...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Então, transforme logo em sessão secreta, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não!

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Presidente, vamos transformar em sessão secreta, Presidente!

(Não identificado) - A sessão é aberta ou não é?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu gostaria de... Senão, eu vou...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Vamos fazer reservada, então!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Por favor, senhores! Por favor, senhores!

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Presidente, então transforma a sessão em reservada, porque aí vamos ganhar tempo. Senão...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, eu disse que não existe sessão meio fechada. Ou é uma coisa ou é outra. Vamos fazer fechada logo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Ou os senhores se retiram...

Segurança, por favor, vamos evacuar aí!

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sr. Presidente, 1 hora e meia para começar uma reunião?!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Os que estão em pé e que não são funcionários da Casa e da Liderança, por favor, retirem-se.



O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Sr. Presidente, V.Exa. informou que a sessão seria aberta. Então, V.Exa. transforme-a em secreta!

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, transforme essa reunião em secreta, em nome da garantia da lisura...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Secreta não pode; reservada!

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Transforma a reunião em reservada, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Calma, Deputado!

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - É um apelo que faço a V.Exa.! É um apelo que eu estou fazendo a V.Exa.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Reservada, Sr. Presidente! Reservada, Sr. Presidente! Vamos mudar aí!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Só sentado!

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Consultamos o advogado. Veja se o advogado do depoente não quer reunião secreta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Só os sentados, por favor. Os que estiverem sentados ficam. Se estiver sentado, pode.

Segurança, quem estiver sentado fica. Quem estiver sentado fica. Por favor!

Os que são funcionários da Casa, os que auxiliam as Lideranças, que estão aqui, podem ficar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, o Relator já ponderou. A bancada... Quem votou favorável já ponderou. Faça a reunião reservada, Sr. Presidente! É um apelo que lhe faço, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Já está saindo todo o mundo.

Sala 9, por favor. Pronto!

O SR. SÉRGIO RIERA - Não! Nessa confusão, não!

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente! Sr. Presidente! É um apelo que eu lhe faço. Quem votou para ser aberta já está convencido disso. Faz a reunião reservada. É mais prudente!

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Faz reservada, Presidente! Todo mundo...



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - É mais prudente, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO RIERA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Os funcionários da Casa, da Liderança, podem ficar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Presidente, estou vendo tumulto. Para podermos começar, transforma em reservada! Prudência é o apelo que eu faço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Espere aí, Deputado, por favor. Já está sendo...

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Já tem acordo de todos os membros, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Está resolvido já o problema, Deputado. Já saiu todo o mundo. Já resolvi.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Já tem acordo de todos os membros da Comissão, Presidente. Vamos fazer reservada, Presidente.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - O Dr. Riera quer falar, Sr. Presidente!

O SR. SÉRGIO RIERA - Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, rogo a V.Exa., mais uma vez. Reitero o pedido feito na petição, para evitar confusão ou, então, um tratamento desigual. Um jornalista que conseguiu um lugar sentado e outro não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Já saiu todo mundo! Já saiu todo mundo!

O SR. SÉRGIO RIERA - Vamos fazer reservada, eu acho que é melhor. Aqui ao lado todos ouvirão...

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Presidente, quem delibera são os Deputados, não é o advogado, não. São os Deputados que decidem isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pronto, está aí: está vazia a Casa.

Senhores, atendido. Atendido.



Deputado, eu lhe peço, por favor... Por favor... por favor... Deputado, por favor, espere aí.

Srs. Deputados, eu vou dar a palavra ao Relator. Antes, porém, quero tomar o termo de compromisso do Sr. Fernando Antônio Falcão Soares.

(A testemunha assina o Termo de Compromisso.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Com a palavra o Deputado Marcos Rogério, Relator.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, advogados aqui presentes, testemunha, Sr. Fernando Antônio Falcão Soares, a quem agradeço a presença junto a este Conselho, V.Sa. vem no objetivo, certamente, de colaborar com o esclarecimento dos fatos que são do interesse deste colegiado, bem como do Parlamento e da sociedade brasileira.

Início, Sr. Presidente, com os questionamentos, que são na forma do Regimento, do Código de Ética, indagando desde logo ao Sr. Fernando Soares: que tipo de participação o senhor teve no processo de aquisição dos navios-sondas PETROBRAS 10000 e Vitória 10000?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu atuei como intermediário.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O Deputado Manoel Junior tem a palavra.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Eu gostaria de solicitar ao nobre Relator, Deputado Marcos Rogério, por quem eu tenho muita honra e respeito...

Ele efetivamente precisa estar solicitando, inquirindo o depoente, mas, basicamente, só e somente só naquilo que foi alvo do relatório aprovado por esta Comissão na questão de ordem feita pelo Deputado Paulo Azi, que efetivamente resumiu a análise do Conselho de Ética única e exclusivamente a ter ou não ter contas no exterior.

Eu acho improdutivo e ineficaz nós estarmos aqui tratando de temas e assuntos que não estão afeitos ao que vamos julgar.



É essa a solicitação que faço ao Deputado Marcos Rogério. E também a faço aos meus pares aqui, até porque nós deliberamos, por voto. Podíamos ter votado e aprovado toda a denúncia no seu conteúdo, mas, dos dois temas aqui levantados, abordados, discutidos, debatidos e votados, o único tema que ficou para que este Conselho de Ética se debruçasse foi: o Deputado Eduardo Cunha mentiu ou não mentiu na CPI da PETROBRAS quando disse que não tinha contas no exterior?

É basicamente essa colocação que quero fazer e, efetivamente, encaminhá-la ao Relator, para que nós tenhamos objetividade, Sr. Presidente, na oitiva hoje do Sr. Fernando Soares.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Sr. Presidente, precisa fazer o juramento também.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, para contraditar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Sérgio Moraes, Deputado Onyx Lorenzoni, por favor, senhores.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Só para fazer a contradita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu vou dar ao Relator o direito de responder.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a prerrogativa de fazer a instrução nesta fase do processo é, obviamente, como sabem V.Exas., do Relator. Não cabe ao Relator escolher as provas que chegam ao processo.

Se V.Exa. cuidou, como sei que cuidou, de ler os termos do voto da admissibilidade que este Relator apresentou a este Conselho, todos os passos, todas as medidas, todas as conduções na coleta de depoimentos junto a este Conselho estão dentro dos termos do relatório que este Relator apresentou naquela ocasião. Se tais informações, se tais provas serão utilizadas no relatório final, e em que medida, em que momento e em que circunstâncias, isso será, obviamente, objeto de análise e avaliação do Relator, que, ao colocá-las ou não no relatório, poderá ter aprovado, ou não, esse relatório pelo colegiado. Mas eu sigo um roteiro de perguntas, porque não dá para chegar ao ponto que certamente interessa a



V.Exa. saber sem estabelecer o nexos, o histórico que envolve ou que vincula o depoente, a testemunha à pessoa do Representado junto a este Conselho.

Por isso, reitero a pergunta, Sr. Fernando Soares, com relação à participação que o senhor teve no processo de aquisição dos navios-sondas PETROBRAS 10000 e Vitória 10000.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu atuei como intermediário junto à Diretoria Internacional, atuando em favor da Samsung e da Mitsui.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Como se dava a sua relação com o Sr. Júlio Camargo nesse caso?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu fui apresentado ao Júlio Camargo exatamente nessa época, porque ele tinha um interesse em desenvolver esse negócio junto à Diretoria Internacional. E ele não tinha, vamos dizer assim, o conhecimento necessário com as pessoas que estavam tocando esse assunto lá, e me pediu ajuda para trabalhar junto com ele nesse negócio, desenvolvendo esse negócio.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Em decorrência da compra dessas sondas, quanto Júlio Camargo ficou lhe devendo ao final?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Ao final do... Em que momento você fala? Ao final de tudo ou...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Ao final do acordo. Na delação, V.Sa. fez menção ao montante de dívidas que Júlio Camargo teria com V.Sa.: num momento, 16; depois, 12. Enfim, para que o colegiado tome conhecimento dessa informação, qual é o montante da dívida que Júlio Camargo teria com V.Sa.?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu cito no meu depoimento, no acordo de colaboração, que, quando eu comecei a cobrar o Júlio Camargo, ele tinha uma dívida comigo de 16 milhões de dólares, e, ao final de uma... Nas contas dele, ele devia 12. E, no final, acabamos arredondando, vamos dizer assim, para ele poder pagar, porque já era um assunto que vinha se arrastando por mais de 3 anos. Aí acabamos fechando um acordo de 10 milhões de dólares.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k.



Onde começou a participação do Deputado Eduardo Cunha em tudo isso?
Como, quando e onde o senhor conheceu Eduardo Cunha?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu conheci o Eduardo Cunha por acaso, num café da manhã. Eu estava no Hotel Marriott, e ele estava lá também. E aí fomos apresentados por um conhecido em comum.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Qual é a participação dele? Como começou a participação dele nesse processo todo?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu conheci o Deputado em 2009 e, em 2010, a gente conversando sobre a campanha, ele perguntou se alguma das empresas que eu representava podia fazer doação para a campanha dele. Eu disse que eu nunca tinha feito nenhum tipo de doação para campanha através dessas empresas que eu representava, que eu iria conversar com eles e daria um retorno. E, posteriormente, eu retornei para ele exatamente dizendo que as empresas tinham uma regra interna e que eles não faziam doação. Por serem empresas estrangeiras, eles não faziam doação para campanha aqui no Brasil.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Então, inicialmente, o contato do senhor com o Deputado Eduardo Cunha, e o pedido, se deu em torno de doações para campanhas eleitorais?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O senhor pediu a Eduardo Cunha ajuda para cobrar a dívida de Júlio Camargo?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Sim, pedi ajuda.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Como se deu isso?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Depois que eu retornei para ele dizendo que não... que as empresas em que eu trabalhava não podiam ajudar, ele perguntou se tinha alguma forma em que eu podia ajudar. Eu disse a ele que ia dar uma verificada e depois retornaria para ele.



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Qual foi a reação dele quando você disse que eles não tinham condições ou que a empresa não tinha na sua política fazer doações de campanha? Qual foi a reação dele? Ele concordou? Em que termos? Qual foi o desdobramento?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não, ele... O Deputado Eduardo Cunha assimilou muito bem. Ele é uma pessoa que sempre foi muito cordial comigo. É uma pessoa que sempre foi muito educada. Eu não tenho... Não teve nenhuma reação abrupta ou de ameaça. Nada disso. Foi muito tranquila a reação dele.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Como foi a atuação do Deputado Eduardo Cunha nesse sentido de cobrança da dívida que Júlio Camargo tinha com o senhor?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - É... Depois, eu retornei para ele e comentei com ele sobre essa dívida que o Júlio tinha comigo e que eu já vinha há algum tempo tentando receber esse valor, e o Júlio sempre enrolando, sempre arranjando desculpas. E eu perguntei a ele se teria como ele me ajudar nessa cobrança; que, se ele pudesse me ajudar nisso, eu destinaria uma parte do que fosse pago pelo Júlio para a campanha dele.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O senhor teve reuniões com o Deputado Eduardo Cunha na residência dele? Quando e com qual propósito? Mais alguém participou dessas reuniões? Quem teria participado?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não. Eu estive na casa do Deputado Eduardo Cunha algumas vezes. Relatar datas específicas é complicado, são coisas que você não guarda, mas, geralmente, eu encontrava com ele nos finais de semana, quando ele estava no Rio. E sempre estive com ele só. Não tinha outras pessoas presentes.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Na residência e em outros ambientes ou só na residência?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Estive no escritório dele também, o escritório que ele tem no Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Só, também? Não tinha mais ninguém?



O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Assim, participando de reunião, não. Já encontrei uma ou outra pessoa na sala de espera e os funcionários que trabalhavam com ele lá.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k.

Como o Deputado Eduardo Cunha ajudou concretamente na cobrança da dívida do Júlio Camargo?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Desculpa. Qual foi a pergunta?

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Como o Deputado Eduardo Cunha ajudou concretamente na cobrança da dívida do Júlio Camargo?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu falei ao Deputado que, em determinado momento, parte do dinheiro que havia sido pago pelo Júlio tinha ido para alguns políticos do PMDB e se eu poderia... Na verdade, desse valor que o Júlio devia, não tinha mais nada a ser destinado a partido político ou a qualquer político, mas uma forma que eu tinha utilizado para pressionar o Júlio foi dizer a ele que o pessoal do PMDB estava me cobrando. E aí, eu pedi autorização ao Deputado para usar o nome dele, dizendo que ele estava me cobrando, em nome do partido, e ele me autorizou.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - E o que houve?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu estive com o Júlio, falei isso. O Júlio que disse que ia ver se conseguia retomar os pagamentos, porque o pessoal lá da Samsung não estava pagando a ele, não sei o que e essa coisa toda, e continuou a velha história de ir ganhando tempo.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Como não se logrou êxito nessas medidas de diálogo, ele usou de outros métodos para forçar o pagamento da dívida?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - É, posteriormente, sim.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Que métodos?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Isso foi já... Essa conversa com o Deputado foi em 2010, e já em 2011 eu voltei para ele dizendo que... Na verdade, eu tive ainda uma conversa com ele no segundo



semestre de 2010, dizendo que não estava conseguindo ter êxito daquela forma, que a gente precisava ter alguma coisa mais incisiva para cobrar ao Júlio. Ele me disse que naquele momento, como estava em campanha, seria um pouco complicado ele dar atenção a esse assunto, que a gente poderia ver isso posteriormente. Então, naquele momento paramos por aí e fomos retomar de novo esse assunto já, acredito, em março de 2011, aproximadamente.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - E de que forma ele conseguiu?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Aí eu falei a ele que a gente precisava... Voltei a falar que a gente precisava cobrar de uma forma mais incisiva o Júlio, de fazer uma pressão maior. Ele me disse que ia pensar em alguma coisa e depois me retornaria.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Qual foi a solução?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Acho que já em abril, mais ou menos, ele voltou para mim e me perguntou um pouco sobre os negócios do Júlio junto à PETROBRAS, que a ideia dele seria fazer uma (*estalido com a língua*) petição junto à Comissão de Fiscalização da Câmara para que a PETROBRAS informasse sobre os negócios do Júlio e das empresas representadas por ele no âmbito da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Ele chegou a apresentar os requerimentos na Comissão aqui em Brasília?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Posteriormente eu vim saber que houve os requerimentos, foram apresentados, mas eu vim saber depois que esses requerimentos, parece, não tinham sido apresentados por ele.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k. Após a elaboração dos requerimentos pedindo informações à PETROBRAS sobre os contratos que a Mitsui e a Toyo mantinham junto à companhia e a atuação de Júlio Camargo como lobista, o que ocorreu? Júlio Camargo se dispôs a pagar os 16 milhões de propina atrasados?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Já em agosto de 2011 eu fui procurado pelo Diretor Paulo Roberto Costa, da PETROBRAS...



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Certo.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - ...ele me informou sobre os requerimentos que tinham chegado da PETROBRAS, e dizendo que o Júlio estava bastante preocupado com isso. Aí eu relatei a ele o que havia acontecido. Nessa mesma semana, eu acredito... Na semana, eu acho que foi na semana seguinte, que isso foi começo de setembro, eu acredito — final de agosto, começo de setembro —, quando o Paulo conversou comigo.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Hã, hã.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - O Júlio me procurou. Eu encontrei com ele no escritório dele. Ele me falou sobre os requerimentos e que soube que os requerimentos tinham sido... De alguma forma teve a intervenção do Deputado. E ele queria sentar com a gente para conversar para resolver o assunto, para chegar a um acordo para o pagamento da dívida.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Certo. Houve uma reunião entre o senhor, Júlio Camargo e o Deputado Eduardo Cunha para tratar do recebimento...

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Sim.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - ...desses valores dessa propina?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Foi um dos pedidos feitos pelo Júlio. Ele disse que queria tratar diretamente com o Deputado, porque ele não queria que o Deputado ficasse com a impressão ruim dele de mau pagador, não sei o quê, essa coisa. Aí, eu disse a ele que ia tentar agendar a reunião, e fizemos essa reunião sim.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Onde e quando ela aconteceu?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Ela aconteceu no dia 18 de setembro de 2011, em um escritório no Leblon, no Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O que ficou acertado nessa reunião? Como foi acertado o pagamento dos 5 milhões de dólares para Eduardo Cunha nessa transação?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Depois de uma negociação um pouco demorada, ficou acertado que o Júlio iria fazer



o pagamento em espécie, isso seria... Esses valores seriam entregues a mim, e eu estaria entregando ao Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Certo.

Júlio Camargo comentou com o senhor como Eduardo Cunha receberia. V.Sa. falou que foi em mão. Saberá dizer se algum pagamento ao Deputado Eduardo Cunha foi realizado mediante depósito de valores em contas no exterior? Saberá dizer em qual país?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Relativamente a esse assunto, eu não fiz nenhum pagamento a ele em contas, foi sempre em espécie.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Nas tratativas dele com Júlio Camargo...

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Também.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - ...tomou conhecimento de alguma transação?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não. Não porque tudo ficou acertado que os pagamentos seriam feitos através de mim.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Certo.

O senhor conheceu Alberto Youssef?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Sim.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sabe dizer se Júlio Camargo fez transferências para contas de Eduardo Cunha no exterior...

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Hum...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - ...nessa delação?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Desconheço.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Foi o senhor que entregou valores em espécie ao Deputado Eduardo Cunha? Quanto aproximadamente? Como ocorreram essas entregas? Mais alguém esteve presente nessa transação?



O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não... Nunca entreguei diretamente ao Deputado. Eu entreguei a pessoas indicadas por ele.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O senhor diretamente fez a entrega de todas as remessas?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Sim. Eu recebia...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Não houve outro entregador?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não. Eu recebia e eu levava às pessoas que o Deputado tinha pedido para eu procurar.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Recebia de quem?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Uma pessoa que o Youssef mandava me entregar. Quem mandava entregar o dinheiro para mim era o Youssef.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Essa pessoa seria o Sr. Jayme.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Exato.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Jayme Careca.

Júlio Camargo chegou a atrasar pagamentos para o Deputado Eduardo depois dessas tratativas?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Sim.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - E o que aconteceu?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Mais uma vez, ele parou os pagamentos e... Sempre tinha algum problema, porque não estava conseguindo pagar. E, pelo menos até 2014, ainda tinha valores pendentes com o Júlio Camargo.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Ele teria recebido também em 2014.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Pelo que eu sei, numa das reuniões que houve, o Júlio tinha ficado de, em 2014, saldar um valor pendente de 700 mil reais.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k.



Houve dificuldades para pagar o Deputado Eduardo Cunha em espécie? Você recebia e encaminhava esse recurso.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Exato.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Houve dificuldade para fazer chegar esse dinheiro até ele?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Onde era entregue?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - No escritório dele.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - No escritório.

O senhor sabe se houve reuniões posteriores entre Eduardo Cunha e Júlio Camargo e com qual objetivo elas teriam acontecido?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Sei... Pelo que eu sei, que eu tive conhecimento, teve reuniões em 2014 relativas a esse saldo pendente.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Certo.

O senhor disse que entregou pessoalmente os recursos que seriam destinados ao Deputado Eduardo Cunha. Para quem o senhor entregou esses recursos? Quem recebeu esses recursos no escritório dele?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Tinha uma pessoa que trabalhava com ele... É uma pessoa que trabalhava com ele de nome Altair.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Era funcionário dele.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Sim.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Pelo menos estava sempre lá no escritório dele. Eu acredito que seja.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O senhor tem conhecimento se posteriormente o Deputado teria recebido todos os 5 milhões de dólares que foram acordados?



O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não. Os 5 milhões de dólares, não. Eu tenho conhecimento de que ele recebeu em torno de 4 milhões, através de mim, e tinha ainda para chegar...

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Dólar?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Quatro milhões de reais. E, para chegar ao valor aproximado, ainda tinha uma dívida de 3 milhões, que, pelos cálculos, seriam aproximadamente 7 milhões de reais, que o Júlio deveria pagar. E acho que acabou se chegando a um acordo em que se pagariam 6 milhões de reais. Mas, pelas contas que eu tenho, ele deve ter recebido aí, no máximo, alguma coisa em torno de 5 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Esse dinheiro teria sido fruto de um acordo que o Sr. Júlio Camargo e Eduardo pactuaram, mas ele passou por Youssef. Esse recurso teria sido encaminhado ao exterior para bancos na China e posteriormente retirados em São Paulo e depois fizeram chegar até ao senhor no Rio de Janeiro? O senhor tem conhecimento dessa informação?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - O que eu sei é que houve uma transferência, ou transferências internacionais, entre Júlio e Youssef. E, quando esses valores chegavam às contas que o Youssef tinha lá no exterior, aí, ele disponibilizava em reais aqui no Brasil. É o que eu sei. Agora...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Ou seja, a origem é Júlio Camargo, mas passou por contas de terceiros ligados a Youssef no exterior e retornava em real para o Brasil.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Isso é o que eu sei. Eu não posso afirmar, porque eu não participei da operação.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Então, isso é o que eu escutei falar.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k.

Mas o senhor disse e reafirma que entregou pessoalmente os mais de 4 milhões ao representado?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu, pessoalmente, entreguei em torno de 4 milhões.



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - O saldo restante aí já foi o Júlio, direto, nas tratativas com o Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Perfeito.

Durante todo esse processo de negociações, o senhor chegou a ter conhecimento de alguma outra transação envolvendo propina relacionada a algum outro contrato ou a qualquer tipo de benefício que envolvesse o Sr. Eduardo Cunha?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não, desconheço.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k.

Sr. Presidente, este Relator agradece as contribuições ao Sr. Fernando Soares. Se eventualmente surgirem outras dúvidas durante o interrogatório, volto a inquiri-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Bom, senhores, eu vou seguir a lista, que já foi anunciada antes. *(Pausa.)*

O senhor advogado quer fazer uso da palavra? Quer agora ou depois de ouvir os outros?

O SR. MARCELO NOBRE - Gostaria de usar da palavra agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não.

Com a palavra o advogado Marcelo Nobre.

O SR. MARCELO NOBRE - Muito obrigado, Presidente. Sempre que V.Exa. me homenageia me chamando de Deputado, eu entendo como advogado, pode ficar tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - É o convívio.

O SR. MARCELO NOBRE - O que é muito prazeroso.

Muito obrigado, Presidente.

Antes de perguntar, Presidente, eu gostaria de fazer minha impugnação às perguntas do ilustre Deputado Marcos Rogério, Relator, que em nada têm a ver com o objeto desta causa.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente...



O SR. MARCELO NOBRE - Nós estamos aqui a discutir aquilo que foi admitido pela maioria do Conselho.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - ...isso não cabe.

O SR. MARCELO NOBRE - Não, eu não fiz a impugnação naquele momento, porque eu estava aguardando a minha palavra. Eu não quis interromper.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Com a palavra o advogado Marcelo Nobre.

O SR. MARCELO NOBRE - Muito obrigado, Presidente.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Então, para contraditar, Presidente!

O SR. MARCELO NOBRE - Presidente, se não fosse a supressão daquela imputação das vantagens indevidas constantes da representação, nós não estaríamos aqui neste momento, no Conselho, porque teria sido arquivado o processo. O processo, por maioria, por 11 a 10, só foi aceito, só foi admitido por conta da supressão daquela imputação da vantagem indevida. Portanto, não há como existir imputação, neste momento, de algo que foi suprimido quando aprovado. E tanto isso é verdade que este advogado, como todos os outros que atuam em casos semelhantes, em processo administrativo ou judicial, se até à denúncia.

A denúncia de que nós estamos tratando aqui é se mentiu ou não mentiu à CPI, se omitiu ou falseou a declaração do Imposto de Renda. Nós não estamos aqui tratando de vantagem indevida. A vantagem indevida não é neste foro, é no Supremo Tribunal Federal, que inclusive acolheu parcialmente a denúncia do Ministério Público. E lá a defesa do meu cliente, feita por outro colega, foi no sentido daquilo que foi denunciado, e nada mais. Aqui é da mesma forma.

Nós não podemos aceitar, não podemos admitir que discutamos aqui a imputação de vantagem indevida se nem sequer esta Defesa teve condições de apresentar sua defesa nesse sentido com relação a essa imputação. Essa imputação não foi aceita por este Conselho! Nós não podemos discutir aqui!

E muitos me perguntaram com relação à decisão do Vice-Presidente, Waldir Maranhão, que dizem ter limitado este Conselho. Não! A decisão do Deputado Waldir Maranhão, Vice-Presidente, não limitou este Conselho! Quem limitou este Conselho foram V.Exas., por maioria, quando decidiram suprimir as vantagens indevidas. Nesse momento, houve a supressão. O Deputado Waldir Maranhão, Vice-



Presidente desta Casa, tão somente delimitou o que V.Exas. daqui determinaram. Não existe imputação de vantagem indevida. Se não existe imputação de vantagem indevida, a defesa não trata desse assunto, e os questionamentos não podem tratar desse assunto.

É por isso que a Defesa faz as perguntas específicas ao depoente Fernando Soares com relação ao que foi aceito por V.Exas. E eu pergunto ao depoente, Sr. Fernando Soares: em primeiro lugar, o senhor sabe me dizer se o Deputado Eduardo Cunha mentiu, quando depôs na CPI, dizendo que não, que todas as contas que ele possui estão declaradas em seu Imposto de Renda? Essa foi a resposta dada pelo meu cliente na CPI da PETROBRAS. O senhor conhece esses fatos? O senhor pode dizer algo com relação a isso?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - O conhecimento que eu tenho desses fatos é através da imprensa. Não conheço, nunca tive acesso, nunca fiz depósito para o Deputado no exterior. Então, não posso tratar desse assunto.

O SR. MARCELO NOBRE - Obrigado.

Eu perguntaria, aproveitando a segunda imputação: o senhor sabe se a declaração de Imposto de Renda do Deputado Eduardo Cunha tem alguma omissão ou alguma falsidade na declaração?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Desconheço a declaração de Imposto de Renda do Deputado.

O SR. MARCELO NOBRE - Esse é o objeto, Sr. Fernando Soares, que estamos aqui a tratar, porque os Deputados, por maioria, assim decidiram. Suprimiram a questão da vantagem indevida, porque essa questão será discutida em outro foro, lá no Supremo Tribunal Federal.

Aproveitando o depoimento extenso que o senhor prestou ao responder ao ilustre Deputado Marcos Rogério, Relator, pergunto... O senhor disse em vários momentos sobre os anos que o senhor se encontrou, conheceu, teve acesso ao Deputado Eduardo Cunha. Eu gostaria que o senhor repetisse, para mim, ou confirmasse ou não aquilo que eu anotei. O senhor disse que o conheceu em 2009 e que 2010 e 2011 foram os anos que o senhor teve as tratativas com o Deputado Eduardo Cunha.



O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Exato.

O SR. MARCELO NOBRE - Muito obrigado.

Depois o senhor, ao responder aos questionamentos do ilustre Deputado Marcos Rogério, falou de 2014. Quando o senhor falou de 2014, o senhor falou de terceiros, que o senhor teria ouvido falar, que o senhor soube, que o Júlio Camargo se encontrou, devia, mandou pagar algo ao Deputado Eduardo Cunha... Portanto, em 2014 o senhor não afirma nada, pelo que entendi. O senhor disse que ouviu dizer, que soube. Eu queria saber se em 2014 existe algo concreto que possa nos dizer com relação a isso que o senhor respondeu ao Deputado Marcos Rogério.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu não fiz nenhum repasse de valor para o Deputado Eduardo Cunha em 2013 ou em 2014. Então, eu soube, através do Júlio...

O SR. MARCELO NOBRE - O senhor ouviu dizer.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu soube através do Júlio e também, em alguns momentos que eu estive com o Deputado, ele me falou que existiam esses valores pendentes ainda junto ao Júlio.

O SR. MARCELO NOBRE - O senhor sempre ouvindo dizer.

Com relação aos anos que o senhor argumenta, são 2009, 2010, 2011. Na verdade, o senhor conheceu em 2009 e os 2 anos, 2010 e 2011, é que o senhor fala o que respondeu ao Deputado Marcos Rogério, afirmando o que o senhor disse em sua delação. Está correto isso?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - 2010 e 2011 foram os anos que a gente tratou do assunto, negociou com o Júlio. Efetivamente, o Júlio começou a pagar, acho, em outubro de 2011. E foi até o ano de 2012 esses pagamentos, que foram feitos através de mim. Depois foi quando ficaram esses valores pendentes, que, aí, já não saíram através de mim. Não foi por meu intermédio.

O SR. MARCELO NOBRE - O senhor não tem como afirmar?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não.

O SR. MARCELO NOBRE - Então, eu estou fazendo essas perguntas ao senhor porque nós estamos falando do mandato anterior nesses anos. Não estamos falando deste. É por isso que eu estou insistindo com o senhor.



O senhor já deu resposta a esta pergunta, mas eu preciso perguntar ao senhor: o senhor fez algum depósito no exterior para o representado aqui neste processo, Deputado Eduardo Cunha?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não.

O SR. MARCELO NOBRE - Porque é só isso que teria correlação com este processo. Por isso eu faço estes questionamentos ao senhor. *(Pausa.)*

Eram essas as minhas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Obrigado, nobre advogado.

Dando início à lista, o primeiro inscrito para perguntar é o Deputado Júlio Delgado, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, eu queria fazer uma pergunta a V.Exa. antes de usar meu tempo. V.Exa. disse no início da reunião que o tempo de Líder vai ser usado só no final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - No final.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Depois da oitiva do Sr. Fernando Soares, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Então, está bem.

Eu vou tentar reduzir, para falar nos 5 minutos a que tenho direito, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O.k.

Sr. Fernando Soares, boa tarde.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Boa tarde, Deputado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu queria começar a lhe fazer algumas questões. Da última vez que nós nos encontramos, naquele momento, ainda não tendo feito a delação, V.Sa. pouco pôde contribuir com a CPI. Estivemos lá numa tarde que não foi muito frutífera nem para a apuração nem para a CPI, que não tinha muito interesse em que se apurasse.

Chegamos ao Conselho de Ética, e eu quero agradecer a colaboração, porque o senhor vem como testemunha, convidada, e se dispõe a estar aqui para



falar alguma coisa a respeito disso. Mas eu não posso me ater ao que estamos ouvindo menosprezar de certa forma a inteligência mínima dos Deputados.

O senhor acompanhou, Sr. Fernando Baiano, no domingo, dia 17, a votação do processo de *impeachment* da Presidente. O senhor deve ter acompanhado pela televisão, como todo brasileiro. Votaram “sim” 367 Deputados. Sabe quantos levaram em consideração a fundamentação do pedido pelas pedaladas fiscais? Eu tive a preocupação, nesse feriado, de fazer isso. Dos 367 votos “sim”, sabe quantos levaram em consideração as pedaladas, que são o motivo do parecer?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Dezesete Deputados. Trezentos e cinquenta votaram por outros motivos. O objetivo era a pedalada. Trezentos e cinquenta votaram pelo impedimento — inclusive eu, o meu motivo foi outro —, subjetivamente, a questão que não estavam no caso, na discussão.

E vem aqui, de certa forma, até agredindo nossa mínima inteligência, o advogado levar isso à alusão, inclusive lhe forçando a dizer. Por duas vezes, falou que esteve com o Júlio Camargo — eu quero que V.Sa. confirme ou não — e esteve, depois, com o próprio representado, e eles lhe disseram que tinha dívida, que tinha pagado depois, e que tinha dívida. O senhor não ouviu dizer. O senhor ouviu da boca deles. É isso?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Do Deputado, eu escutei que existia a dívida; do Júlio Camargo, que tinha a dívida e que já tinha sido resolvida, que tinha pagado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Está certo.

Eu quero lhe fazer outra pergunta. Se eu lhe disser que eu jantei com V.Sa. ontem à noite, o que isso é? Jantei com o senhor ontem à noite.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES - Acho difícil.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - É mentira?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - É.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - É mentira.

Pois bem. O que representa o nosso amigo aqui... E se eu perguntar a V.Sa.: V.Sa. tem conta no exterior?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - As contas todas de movimento bancário, então, de V.Sa. estão aqui?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Hoje, nenhuma conta.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sim, mas quando tinha, movimentava, estavam aqui?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A sua declaração de bens direcionada à Receita tinha todos os seus bens e esses seus movimentos?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Caso o senhor sonegasse, estaria fazendo o quê?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu seria um sonegador. É um crime.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Além de um crime, o senhor estaria... Aqui na Câmara todos nós — todos nós —, para tomarmos posse, temos que apresentar nossa declaração de bens, declarando os nossos bens e de onde vieram, nossa movimentação de bens, nesta Legislatura. Não tem legislatura passada.

Não queira menosprezar a mínima inteligência daqueles que estão aqui tentando fazer a apuração para o bem do Brasil. Eu não posso aceitar isso.

Aí eu lhe faço uma pergunta no final. O crime que é imputado, segundo o advogado, e aqui eles colocam, falam a respeito do inciso V, § 4º, que perderá o mandato. A instrução pode levar a outras conclusões. Os Deputados aqui podem, de forma objetiva, acompanhar o parecer do Relator, ou, de forma subjetiva, levar em consideração o Deputado Eduardo Cunha hoje ser o campeão dos Parlamentares em indiciamentos da Lava-Jato. Ele já é o campeão. Já tinha três, foram mais dois ontem, virão mais quatro. Ele, talvez, vai bater o recorde. Quem está batendo é Paulo Roberto. Mas o campeão da Lava-Jato é Eduardo Cunha. E tem gente que acha que ele só mentiu — que ele só mentiu!

Eu tenho uma pergunta a V.Sa., que lhe foi dirigida também uma mentira, porque ele mentiu quando disse que ele não tinha conta no exterior. E ele está querendo justificar que são trustes. Não tem como justificar, porque vai vir tudo nas



suas movimentações. Mas eu lhe pergunto mais. Ele disse também, naquela reunião, que V.Sa. nunca tinha ido à casa dele, que aquela informação não procedia. Ele mentiu também. Vão aqui dizer: *“Ah, isso não está na representação”*. Ele mentiu ou não mentiu quando disse que V.Sa. nunca tinha estado lá?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu não vi o depoimento do Deputado, mas eu estive na casa dele.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu vou ler para V.Sa.: *“Quantas vezes V.Exa. esteve com Fernando Baiano? Onde? Já esteve na casa de V.Exa.?”* Aí, ele disse assim: *“Essa notícia não procede, não é verdadeira. Eu expressei claramente (ininteligível) meu, eu tenho escritórios, inclusive, que V.Exa. (ininteligível) Deputada tinha ido lá.”* E ele foi, esteve. E V.Sa., conforme depôs aqui, foi ao escritório dele e foi a casa dele por mais de uma vez. Então, ele mentiu mais de uma vez. Nós vamos começar a considera-lo agora também um mentiroso.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Júlio, V.Exa. vai...

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Se for assim, eu quero 6 minutos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, eu vou encerrar. V.Exa. tem o direito de se inscrever outra vez. Se eu não fizer isso...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Vou poder falar na presença dele, porque eu *(ininteligível)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Mas Deputado...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O.k.?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Tem a palavra o Deputado Sandro Alex.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Não, é Nelson Marchezan Junior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não, não.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - É o Deputado Nelson primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Nelson Marchezan Junior, perdoe-me mais uma vez. Com a palavra V.Exa.



O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Estou sem microfone também.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Estava aceso neste instante. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Obrigado, Presidente.

Sr. Fernando, eu vou fazendo as perguntas, como o tempo é pouco, quando o senhor achar que já é suficiente o número de perguntas, o senhor me pede que pare para que o senhor responda, para eu tentar aproveitar ao máximo o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Cinco minutos.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Primeiro, o senhor disse que vocês têm um conhecido em comum, que apresentou V.Sa. ao Deputado Eduardo Cunha. Qual seria esse conhecido e que relação haveria entre vocês? Com que frequência ou quantas vezes o senhor encontrou pessoalmente o Deputado Eduardo Cunha? Onde foi isso? Quantas vezes no seu escritório, quantas vezes na sua casa, quantas vezes o senhor foi ao seu escritório ou a sua casa, sem a presença dele? E se, nessas vezes, estava apenas o Sr. Altair Alves Pinto, ou se existia alguma outra pessoa junto com ele, ou junto com o senhor.

Pelos vários depoimentos aqui, parece que o Deputado Eduardo Cunha recebeu dinheiro através de empresas no exterior, várias empresas, em torno de 13 contas, recebeu recursos através de assessores, recebeu recursos através da igreja. O senhor sabe de alguma outra forma que ele tenha recebido recursos ou o senhor escutou alguém dizer, o Júlio ou alguém, de outra forma que ele tenha recebido? Qual seria esse montante total de recursos que o senhor entregou ou que o senhor sabe que alguém desse grupo tenha entregue ao Sr. Eduardo Cunha?

Eu paro por aqui. O senhor responde. Depois dou sequência às perguntas.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Quem estava com o Deputado Eduardo Cunha, inclusive está no meu depoimento, nesse café da manhã, foi — eu acho que hoje ele já não é mais Deputado — o Alexandre Santos. Então, foi a pessoa que me apresentou a ele nesse café da manhã em que eu os encontrei por acaso. E quantas vezes eu estive na casa do Deputado, quantas vezes eu estive no escritório dele... Isso seria leviano de minha parte dizer que eu



estive, falar o número de vezes, porque eu, realmente não me recordo quantas vezes.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Mais de uma vez?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Sim.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Mais de 10 vezes?

Mais de 20 vezes?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não, mais de 20 vezes com certeza não. Mas estive algumas vezes.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Mais de 10 vezes, poderíamos dizer, entre casa e escritório?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Sim. Eu acredito que sim, que mais de 10 vezes.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - E na casa dele o senhor era recebido por ele?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Sim, era recebido por ele.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - E no escritório dele, pelo Sr. Altair?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - As vezes em que eu fui encontrar com ele, eu era recebido por ele. Quer dizer, recebido pelos funcionários, e depois eu conversava com ele. As vezes em que eu estive lá, sem a presença dele, foi quando eu estive entregando os valores lá ao Sr. Altair.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - O senhor já entregou valores diretamente para ele ou na conta dele?

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. Presidente, o cronômetro está parando.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - O senhor já entregou dinheiro para ele na conta dele alguma vez?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Está parado o cronômetro.



O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Essas combinações de entrega eram sempre feitas pessoalmente ou o senhor combinou alguma vez por telefone, por WhatsApp ou por *e-mail*?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu, geralmente, falava com ele através de mensagens e...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - SMS, ou WhatsApp?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Geralmente era o BBM.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - O senhor diz aqui que teria usado as empresas de sua propriedade para movimentar propinas para agentes políticos em alguns momentos. O senhor poderia fazer uma referência...

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Nunca falei isso. As minhas empresas sempre receberam recursos direcionados a mim, referentes a minha participação nos negócios.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Isso.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu nunca retirei dinheiro das minhas empresas para fazer nenhum pagamento a político ou qualquer outro agente público.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Esses pagamentos ao Eduardo Cunha eram repasses de outras pessoas, então?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Exato.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - E o senhor chegou a fazer repasses para algum outro político?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu, diretamente, não.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - O senhor sabe de quem tenha feito e para quem?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Na verdade, esses outros políticos que receberam dinheiro de algum negócio onde eu estava envolvido estão nos meus depoimentos. Aqui a gente vai falar de outros assuntos também ou só relativos ao processo do Deputado?



O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Em princípio, do que for questionado e a que V.Sa. desejar responder.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - É...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Se V.Sa. não desejar, evidentemente, não há nada que possamos fazer.

No depoimento do Senador Delcídio do Amaral, ele fala de envolvimento com o senhor...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Perdão, o senhor vai falar ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, o depoente acha, pelo que ouvi do advogado, que tem que se ater a responder...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Por favor.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Só peço a V.Exa. que mantenha meu tempo.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Está parado novamente o cronômetro.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - De qualquer maneira, se ele desejar, o.k.; se ele não desejar responder, não há nada que eu possa fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Ele acha que deve se ater, pelo que ouvi do advogado, a responder sobre a Representação nº 1.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sim, mas eu não estou saindo fora da representação. O fato de existir outro político, outro empresário, outra igreja, outra conta bancária...

(Não identificado) - Fatos correlatos.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - ...outro servidor de segurança, isso não quer dizer que tenha a ver com outro fato que não este. Podem existir outros políticos que tenham a ver com as contas do Deputado Eduardo Cunha. A minha pergunta é se o senhor poderia falar, mas se o senhor não quer...



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O depoente está livre para responder, compatível a tudo aquilo que ele quiser responder.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Eu só peço que, enquanto eu explicar a pergunta, pare o meu tempo.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não, é...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Eu não estou mais questionando.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Na verdade, a sua pergunta, eu não entendi dessa forma. Eu entendi a sua pergunta, que o senhor estaria falando de outros políticos envolvidos em outros negócios. Foi isso que eu entendi. Nesse assunto do Deputado Eduardo Cunha, que eu saiba, não tem outros políticos envolvidos no que está relacionado ao Deputado.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - O.k.

Eu tinha outras perguntas aqui, mas se o senhor já tem essa definição, fica difícil eu realizar, para eu tentar fazer um *link* entre essa operação.

Eu agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Obrigado, Deputado Nelson Marchezan Junior.

Tem a palavra o Deputado Sandro Alex.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, quero esclarecer aos membros do Conselho com relação a esse pedido de restringir esta investigação neste momento de instrução. Vamos lembrar as notas taquigráficas do dia da aprovação do nosso relatório de admissibilidade:

“(...) este Relator acata a sugestão de V.Exa. no tocante a esse inciso II, afastando temporariamente a imputação relativa ao inciso II, considerando, excepcionalmente, não estarmos ainda em sede de denúncia recebida no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

(...)



Agradeço as contribuições de V.Exa...” — palavras do Relator — “e acato o pedido de V.Exa. nesse particular, considerando a excepcionalidade do caso, por não estarmos ainda em sede de denúncia recebida no Supremo Tribunal Federal, o que, obviamente e em data posterior, poderá ser modificado.”

São notas taquigráficas.

Vamos ao que aprovamos aqui no relatório de admissibilidade:

“Acolho o pedido de supressão da imputação de recebimento de vantagens indevidas, inserta no art. 4º, inciso II, do Código de Ética, formulada pelo Deputado Paulo Azi durante apreciação do voto, sem prejuízo de que os fatos sejam apurados mediante novas provocações no curso da instrução.”

É o que nós estamos fazendo agora, aprovado por este Colegiado. Portanto, respaldado pela aprovação, vamos aos questionamentos, Sr. Presidente.

Sr. Fernando, o senhor nos disse que no ano de 2009 conheceu o Deputado Eduardo Cunha. Isso é correto?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Exato.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - E o senhor o conheceu em um café da manhã, apresentado por uma terceira pessoa.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Exato.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Em seguida, o Deputado lhe fez um questionamento para doações de campanha: se as empresas que o senhor representa poderiam fazer doações à campanha dele.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Exato.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - O senhor lhe respondeu que elas não poderiam fazer de forma oficial.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não, não, que elas não faziam nem de forma oficial nem de forma oficiosa.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Não faziam doações.



O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não faziam doações. São empresas estrangeiras, que não faziam doações em outros países que não o país de origem delas.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - O senhor teve uma outra conversa posterior dizendo que poderia interceder em favor da campanha do Sr. Eduardo, caso ele pudesse resolver um pagamento envolvendo o Sr. Júlio Camargo.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Isso.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - E, naquele momento, isso ficou claro, que era uma comissão, que isso era uma propina, que o senhor faria a ele o pagamento de um valor, caso ele conseguisse fazer a liberação e o pagamento desse dinheiro?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Na verdade, a gente nunca tratou deste termo "propina". Na verdade, eu tratei com ele... Eu tinha o valor que me era devido, que eu estava tendo dificuldade, e que, se ele conseguisse me ajudar a receber, eu daria um... Inicialmente, eu tinha combinado com ele 20%, e posteriormente acertamos que fosse 50% do valor recebido.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Essa comissão de 20%, que chegou a 50%, chama-se propina, paga a um agente público, a um político, para a liberação de um dinheiro relacionado à PETROBRAS. O senhor estava pedindo a liberação desse recurso a esse político. E ele fez essa pressão, inclusive com requerimentos nesta Casa.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Sim.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Isso é correto?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Sim. O senhor me perguntou se eu tratei com ele falando sobre propina. Eu disse que eu nunca usei esse termo com ele.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Esse é o termo que é usado. Essa comissão chama-se propina. Esse pagamento foi feito pelo senhor no valor de 4 milhões de reais a esse Deputado. Isso é correto?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Isso.



O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Após o início da Operação Lava-Jato, o senhor voltou a conversar com o Parlamentar? Quando iniciaram a operação e as investigações, qual foi a sua reação?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu estive, depois disso, uma ou duas vezes com o Deputado, mas em nenhum momento tratamos sobre a questão da Lava-Jato. Na verdade, eu acho que, quando começou a Operação Lava-Jato, eu acho que ninguém imaginava a dimensão que isso tomaria. Então, eu nunca cheguei a tratar com ele sobre essa questão, que as investigações pudessem chegar a esse nível.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Nós tivemos aqui o Sr. Meirelles, que falou sobre lavagem de dinheiro. Foi a primeira peça do quebra-cabeça. Esta é a segunda, a corrupção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Tem a palavra o Deputado Manoel Junior.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Sr. Fernando Soares...

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Pois não.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - ...basicamente eu vou me ater àquilo que aprovei aqui, que efetivamente foi a participação do Deputado Eduardo Cunha na CPI da PETROBRAS. V.Sa. esteve também na CPI, e naquela oportunidade não falou. Mas lá o Deputado Eduardo Cunha afirmou não ter contas no exterior, apenas as contas declaradas a esta Casa e efetivamente à Receita Federal do Brasil.

Eu pergunto a V.Sa., para que fique bem claro: V.Sa. tem conhecimento ou já depositou em alguma conta no Brasil ou no exterior recursos para o Deputado Eduardo Cosentino da Cunha?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - V.Sa. tem conhecimento ou ouviu de alguém — pode ser qualquer pessoa com quem V.Sa. tenha se relacionado — que tenha depositado quantias em alguma conta do Deputado Eduardo Cunha aqui ou no exterior?



O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - O conhecimento que eu tenho é depois que começou a ser noticiado na imprensa.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - V.Sa. nunca teve nenhuma informação de conta do Deputado Eduardo Cunha no exterior?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Eu lhe pergunto: V.Sa. teve alguma orientação do Deputado Eduardo Cunha para fazer depósitos em algum truste fora do País?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Não.

Bom, eu pergunto a V.Sa. quais são os crimes a que V.Sa. responde hoje na Justiça Federal do Brasil. Qual é a tipificação dos crimes que imputam a V.Sa.?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - É corrupção passiva.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Corrupção passiva.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Lavagem também?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não...
(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Acho que lavagem...

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - O.k.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Manoel Junior, concluiu? (*Pausa.*) Obrigado, Deputado.

Tem a palavra o Deputado Valmir Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobre depoente, Sr. Fernando Baiano, só quero pedir para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Peço que pare o tempo, por favor.



O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) -
Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O.k.?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Volte o tempo.

Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Eu quero, Sr. Presidente, iniciar estes 5 minutos considerando a intervenção do Deputado Júlio Delgado aqui, quando disse que o espetáculo visto há alguns dias no plenário desta Casa, em que o processo de impedimento da Presidenta Dilma foi aprovado nesta Câmara e encaminhado ao Senado, foi um processo absolutamente político. Segundo o relato dele, dos 367 Deputados, 350 votaram pelas razões políticas das mais diversas e não pelo fundamento jurídico, que não existia no relatório apresentado pelo Relator.

O que causa estranheza ao País inteiro é que um processo dessa magnitude caminha muito mais rápido do que um processo aqui no Conselho de Ética, que apura denúncias contra um Deputado. Mais uma vez, aqui fica constatada a utilização dos artifícios por parte desse Deputado que hoje ocupa a Presidência da Casa, infelizmente para o Brasil, de cercear os processos e buscar artifícios dos mais diversos para sua defesa.

Eu ouvi o Sr. Fernando Baiano... Desculpe-me chamá-lo de Fernando Baiano, mas é o que tem saído. Eu não me recordo o nome completo do senhor.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) -
Fernando Soares.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Fernando Soares.

V.Sa., quando o Relator começou a fazer as suas indagações, V.Sa. disse que conheceu o Deputado Eduardo Cunha num café da manhã e conversou com ele porque V.Sa. estava sendo pressionado por algumas pessoas do PMDB ou tinha acordos com algumas pessoas do PMDB com relação a repasses de recursos. É isso mesmo que eu entendi?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não, eu não falei isso. Eu disse que conheci o Deputado Eduardo Cunha num café da manhã, por acaso. Eu fui a um café da manhã que não era com ele e, nesse local,



ele estava tomando café da manhã com uma pessoa conhecida, em comum, que nos apresentou. Conversamos um pouco e ele me deu um cartão dele, disse que qualquer coisa que eu precisasse poderia procurá-lo aqui em Brasília. Foi daí que, posteriormente, numa vinda a Brasília, eu liguei para o Deputado e marquei de tomar um café com ele para falar um pouco sobre as empresas que eu representava. Não foi nesse café da manhã que já se começou a falar desse assunto. Isso foi posterior.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Está bom. Então eu vou fazer algumas perguntas, porque o tempo corre muito rápido, para V.Sa., se puder, responder depois. V.Sa. disse que conversou com o Deputado Eduardo Cunha algumas vezes, não sabe determinar exatamente quantas, na casa e no escritório dele. Sobre quais assuntos V.Sa. falava? Era sempre sobre essa dívida ou tinham outros assuntos?

Segunda questão: V.Sa. disse que o Deputado Eduardo Cunha, em abril de 2011, se utilizou ou ia se utilizar de um expediente de fazer um requerimento, na Comissão de Fiscalização e Controle, para cobrar. Portanto, é uma forma de pressão. Na sua fala, V.Sa. disse que não foi ele que fez, soube posteriormente que foi através de um outro Deputado, para pressionar o Sr. Julio Camargo em relação a esse recurso que o senhor deveria para ele ou que o Sr. Julio Camargo deveria para o senhor, e que o senhor gentilmente passaria para ele se o ajudasse a receber.

A minha pergunta, então, é: de que tipo de assunto vocês tratavam? Era sobre outros contratos, sobre outros fatos? De fato V.Sa. acha que esse foi um expediente de pressão sobre o Sr. Julio Camargo, tanto que ele passou a pagar? E onde entram o Sr. Youssef e o Sr. Julio Camargo? O senhor disse que esse recurso que veio para o Deputado Eduardo Cunha foi passado para uma pessoa chamada Altair. Esse recurso, que teve origem ilícita, foi registrado de alguma forma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - V.Exa. pode acabar a frase.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - ...ou ele foi utilizado de forma ilícita pelo Deputado?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - A minha primeira visita ao Deputado Eduardo Cunha foi no intuito de me aproximar



dele, porque sabia que o Deputado era um político influente, que tinha muitos relacionamentos, e eu queria ver a possibilidade de ele, de alguma forma, me ajudar nos negócios que eu estava tentando desenvolver com as empresas que eu representava. A partir daí, a gente foi desenvolvendo uma relação de, vamos dizer, uma aproximação, e a gente conversava sobre diversos assuntos. Mas, efetivamente, o negócio que eu desenvolvi com o Deputado foi essa história da dívida que o Julio Camargo tinha comigo. A outra pergunta foi... Desculpe.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Com relação ao requerimento feito.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - O requerimento, sim, foi uma forma de pressão para que o Julio pagasse, porque, como eu falei, era uma dívida que vinha se arrastando aí já por 3 anos. Então, foi usado esse requerimento como uma forma de pressionar o Julio Camargo a pagar. E o dinheiro... O que eu sei é o que eu falei aqui, que o Júlio Camargo fez transferências para contas, não sei se indicadas ou operadas pelo Youssef, e o Youssef era quem me entregava em espécie aqui para que eu fizesse chegar às mãos do Deputado. E essas entregas eram feitas ao Sr. Altair.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Altair era assessor do Deputado, parente, funcionário?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Ele estava sempre no escritório dele lá no Rio. Então, eu acredito que seja um funcionário dele.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O senhor não se recorda do nome completo dele?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - O nome completo dele eu não sei.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - E sempre estava no escritório ou na casa do Deputado?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não, na casa eu nunca encontrei com ele.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sempre no escritório do Deputado?



O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - No escritório. Eu nunca fiz nenhuma entrega de valores na casa do Deputado.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Bom...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Foi sempre em espécie?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu só queria fazer um esclarecimento aqui. Não sei se é possível. O Deputado aí falou, fez algumas perguntas e depois ele falou sobre a lavagem de dinheiro e sobre a corrupção. Eu acho que há um equívoco. Primeiro, eu quero dizer que eu respeito muito esta Casa, como respeito as instituições brasileiras. Mas em todo lugar tem gente boa e tem gente ruim. Então, quando tentam agora imputar aos empresários a corrupção, isso não é verdade. A corrupção não começou aqui. Eu nunca procurei ninguém, a não ser nesse caso do Deputado Eduardo Cunha, que procurei porque existia uma dívida, para ele me ajudar. Mas eu nunca procurei nenhum político para oferecer dinheiro. Os pleitos sempre vinham dos políticos, utilizando agentes políticos colocados por eles nas empresas públicas. Então, eu acho que isso tem que ficar claro. Não são os empresários que são os culpados do que está acontecendo. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O.k.

Bom, por permuta feita com o Deputado Zé Geraldo, falará agora o Deputado Bebeto.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Sr. Fernando Soares, chamou-me a atenção, claro, a desenvoltura de V.Sa. ao verbalizar, ao explicitar aqui um conjunto de ideias, respondendo às perguntas dos Srs. Deputados relativamente a própria PETROBRAS.

É óbvio que o senhor, como empresário, portanto, tendo áreas de negócios nessa empresa, que é orgulho nacional, notadamente as empresas que prestam serviços à PETROBRAS e, como prestadoras de serviço, têm uma *expertise* específica para realizar negócios, e negócios dos quais nós sabemos o volume, sabemos qual é o tamanho das contratações ali realizadas, V.Sa. construiu trânsito, obviamente, não apenas com a direção da PETROBRAS, mas também com aqueles que influenciavam os que ocupavam na PETROBRAS espaço como indicados dos acordos políticos. Isso está claro, e V.Sa. aqui também deixa claro.



A primeira pergunta é sobre a sua área de negócios. Qual a *expertise* das suas empresas, só para compreender?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu tinha uma empresa de representação e intermediação de negócios; uma empresa que atuava na área de TI; e uma empresa de prestação de serviços na PETROBRAS, de que hoje não sou mais sócio, com toda essa história da Operação Lava-Jato, eu saí. Mas, como eu estava falando aqui há pouco, essa é uma empresa que já tinha dificuldades antes de eu sair, exatamente porque, em determinado momento, nós nos recusamos a pagar propina a um funcionário da PETROBRAS. E essa empresa hoje está demitindo pessoas, está entrando em recuperação judicial porque, por se recusar a pagar uma propina que foi pedida, fomos perseguidos. Eu gastei mais de 12 milhões de reais tentando salvar a empresa e fiquei no prejuízo.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Pois bem. Essa mesma condição que lhe foi solicitada foi a que o senhor patrocinou com Eduardo Cunha para receber de Júlio Camargo, que o senhor não quer conceitualmente estabelecer como propina.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não, eu não falei isso. É propina.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Isso, propina.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu falei que é propina. Eu falei que eu nunca tratei com o Deputado Eduardo Cunha, falando esse termo "propina".

O SR. DEPUTADO BEBETO - Conceitualmente, utilizou outra expressão.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Agora, que é propina, é. São vantagens indevidas. É propina. É isso mesmo.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Por isso que lhe fiz a pergunta. Muito bem. Obrigado.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Em nenhum momento o senhor me escutou falar aqui que não era propina. Eu disse que não tratei com o termo "propina".

O SR. DEPUTADO BEBETO - Conceitualmente, V.Sa. utilizou outra expressão. Mas agora reconhece que o resultado auferido por ele é vantagem indevida.



O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Propina.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO BEBETO - O.k. Muito bem. Vamos seguindo. Então V.Sa. diz que conheceu o Deputado pelos idos de 2009 e, obviamente, construiu uma trajetória de aproximação com o Deputado, por ser influente, e, nessa circunstância, começou a realizar com ele contatos para receber o que lhe era devido pelo Julio Camargo. Portanto, um valor do importe de 16 milhões.

V.Sa. diz que esteve na casa do Deputado Eduardo Cunha. Esta pergunta pode até parecer simplória, mas, apenas para um juízo de valor, porque as pessoas costumam desconstruir as falas daqueles que, efetivamente, apresentam com consistência, como V.Sa. está apresentando, dados.

V.Sa. disse que esteve na casa por volta de oito ou dez vezes. O que mais lhe chamou a atenção na casa do Deputado Eduardo Cunha? Algo particular?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu nunca tive acesso a toda a casa do Deputado.

O SR. DEPUTADO BEBETO - No espaço, nos cômodos por onde V.Sa. transitou.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu, geralmente, chegava à casa do Deputado, você passou pela porta principal, tinha logo uma porta à esquerda, que é onde era o escritório dele. E todas as vezes a gente conversava nesse escritório. Então, eu não posso falar sobre a casa do Deputado, porque eu não tive acesso às outras dependências.

O SR. DEPUTADO BEBETO - O.k. V.Sa. disse também que, dos valores acertados, 50%... Era 20%, evoluiu para 50%, chegando a um resultado de 4 milhões que V.Sa. entregou ao Deputado Eduardo Cunha. Quantas vezes? Qual a logística utilizada para a entrega desse valor?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Acho que essa entrega foi feita em cinco ou seis vezes. Quando eu estava com os



recursos em mãos, eu entrava em contato com ele através de mensagem e aí ele falava para eu procurar o Altair no escritório e eu...

O SR. DEPUTADO BEBETO - Qual a logística?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu mesmo levava.

O SR. DEPUTADO BEBETO - No seu próprio carro?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu mesmo levava no meu próprio carro.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Só para concluir. V.Sa. acha que, diante de todos esses fatos imputados ao Deputado, que caracterizam que o senhor, efetivamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Bebeto, conclua, por favor.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Só para concluir. Ele auferiu resultados em função dessa negociação. V.Sa. acha que ele deveria, por isso, perder o mandato?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Isso não cabe a mim. Eu não tenho que dar opinião. São tantas coisas que a gente...

O SR. DEPUTADO BEBETO - Apenas para saber.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não cabe a mim.

O SR. SÉRGIO RIERA - Pela ordem, Sr. Presidente. Reiterando o respeito e a admiração por esta Casa e pelos nobres Deputados, quero dizer que não cabe ao depoente emitir juízo de valor. Cabe a ele depor somente sobre fatos.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Dar respostas sobre fatos.

O SR. MARCELO NOBRE - Sr. Presidente, pela ordem. Só para fazer um comentário com relação à pergunta do Deputado Bebeto. Ao perguntar ao depoente Fernando Soares se ele entregou ao Deputado Eduardo Cunha — essa foi a pergunta do Deputado Bebeto —, V.Sa. não entregou nada ao Deputado Eduardo Cunha, como V.Sa. já deixou claro aqui.



O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Ao Deputado Eduardo Cunha, não.

O SR. MARCELO NOBRE - Obrigado.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Por solicitação do Deputado Eduardo Cunha ele fez a entrega.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O.k. Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Eu vou ser rápido. Eu queria que o Sr. Fernando Baiano falasse um pouco, rapidamente, sobre sua trajetória profissional. Em que ano V.Sa. começou a fazer esse trabalho de lobista? Estou observando aqui que dois contratos renderam 20 milhões de dólares. Com que diretoria V.Sa. negociava na PETROBRAS? Gostaria que V.Sa. falasse um pouco da sua trajetória profissional e como chegou lá.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Na verdade, eu comecei minha vida profissional em Salvador. Eu montei uma empresa de despacho aduaneiro, que se tornou uma empresa de logística. Posteriormente, iniciamos o projeto do primeiro porto privado da Bahia, que foi construído e está operando. Quando eu vendi minha participação nesse projeto, eu me mudei para o Rio de Janeiro, porque eu já estava conversando com a PETROBRAS no sentido de trazer grupos espanhóis para se associarem à PETROBRAS no programa das termoelétricas, no apagão da época do Governo Fernando Henrique. Foi aí que comecei minha trajetória na PETROBRAS. As primeiras tentativas de negócio foram feitas na Diretoria de Gás e Energia. Na época, o diretor era o Senador Delcídio. Posteriormente, eu tive negócios na área internacional e na área de abastecimento da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Quantas vezes V.Sa. se reuniu aqui em Brasília no gabinete do Deputado Eduardo Cunha, aqui na Câmara dos Deputados?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Acho que eu estive aqui talvez duas ou três vezes.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - No gabinete?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Em Brasília, mas estou perguntando no gabinete do Deputado.



O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - A primeira vez que eu fiz essa aproximação com o Deputado foi em uma visita a ele em seu gabinete.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Certo. V.Sa. pode nos informar se foi ouvido nos inquéritos nos quais o representado Eduardo Cunha responde no Supremo Tribunal Federal, nos dois já abertos?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Até o momento eu só fui ouvido sobre o Deputado no meu acordo de colaboração. Nos depoimentos que eu fiz posteriormente ao acordo de colaboração.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Era só isso. Terminei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Com a palavra o Deputado Assis Carvalho.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Fernando, algumas das perguntas que eu faria já foram feitas. Não vou repeti-las, porque já foi explicitado qual foi o valor negociado. Já foi explicitado o valor negociado e o *modus operandi* que era utilizado.

Início numa fala feita segundo a qual o valor que o senhor entregou foi a uma pessoa chamada Altair. A mando de quem?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - A pedido do Deputado.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Do Deputado? Nome?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Ok. Isso porque, às vezes, tentam fazer entender que o Eduardo Cunha não tinha nada ver com isso. É para ficar bem claro e registrado nos Anais desta Casa que foi entregue ao Altair, por solicitação de Eduardo Cunha, para que não fique nenhuma dúvida aqui neste procedimento.

Era essa a pergunta que queria fazer, porque as demais já foram respondidas, como a situação dos valores solicitados, a questão do requerimento com que se pressionou a Camargo, à época.

Uso meu tempo apenas, Sr. Presidente, para fazer um registro que eu achei bastante preciso, na fala do Deputado Júlio, quando S.Exa. trabalhou a questão dos



números do teatro do último domingo. Nesse teatro, apenas 17 pessoas fizeram referências às tais pedaladas, que ainda não foram julgadas nesta Casa e, portanto, elas não existem na prática, mas criaram um fato político que poderia ensejar o *impeachment* da Presidenta. De 367 Deputados, 350 falaram da mãe, do pai, do cachorro. Isso era mais importante, na verdade, do que o fato em si. Os 17 que falaram não poderiam falar em crime porque o crime não existe, mas criaram todo um teatro para tentar justificar o injustificável: uma punição puramente política.

Coincidentemente, parte desses Parlamentares que nesta Casa fizeram o grande teatro e votaram nesse teatro de domingo, agora dizem que não há um fato definido em relação à situação específica que ora tramita nesta Casa: o processo de Eduardo Cunha.

Sabemos, pelas falas aqui ouvidas, pela sua manifestação, e pela modalidade do trabalho, que estamos diante de situações que ensejam crimes, sem dúvida. O juízo de valor é meu, não é do senhor. Compreendo que o papel do senhor é apenas o de informar, mas estou fazendo essa afirmação pelos fatos que aqui já foram citados.

Apenas para reafirmar o que já foi dito aqui: quando V.Sa. procurou o Deputado Eduardo Cunha, nessa relação com Julio Camargo, o fez por qual motivação, com que finalidade? Por que o senhor procurou Eduardo Cunha para tratar dessa relação com Julio Camargo?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Porque o Deputado havia me solicitado uma ajuda para que eu conseguisse doação para a campanha dele — isso em 2010 — e, como eu não tinha conseguido através das empresas que eu representava, eu disse a ele que iria ver se encontrava outra forma. E a forma que eu encontrei foi essa de pedir ajuda a ele e, conseguindo, eu repassaria uma parte do pagamento para a campanha dele.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - O senhor repassou quanto?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Através de mim, aproximadamente 4 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Quatro milhões de reais foi o que o senhor repassou, depois da solicitação feita, negociada com ele e entregue à pessoa, portanto, que ele encaminhou para que o senhor entregasse.



O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Isso.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Pronto. Queria apenas que fosse ratificado, porque eu já tinha ouvido isso aqui antes, para que não fique nenhuma dúvida quanto à situação de propina recebida pelo Presidente desta Casa, Eduardo Cunha, já constatado, citado. Isso deveria ficar, portanto, bem representado.

E apenas encerro aqui a minha fala para que também possamos analisar, dentro do geral, o chamado dois pesos e duas medidas. Nós estamos diante de um crime bem definido, e alguém chega aqui e tenta esconder esse crime. Mas já está, portanto, bem clareado, bem esclarecido.

E Deputados votaram numa situação, num teatro, no último domingo, para um crime que até agora não conseguiram provar. Encontraram o criminoso, mas ainda hoje procuram o crime, que é a criação fantasiosa de uma pedalada que sequer foi julgada ainda nesta Casa — esse julgamento quem tem que fazer é esta Casa. Apenas temos um parecer do Tribunal de Contas da União relativo ao mandato anterior, porque o do mandato presente nem no Tribunal de Contas ainda está.

Então, eu faço esse registro apenas para a análise de alguns Parlamentares que, lamentavelmente, têm uma posição quando é para defender Eduardo Cunha e outra quando é para punir uma inocente. Era esse o meu registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Assis Carvalho, eu quero agradecer a V.Exa.

Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Leo de Brito, eu vou fazer uma pequena interrupção, a pedido, uma parada técnica de 3 minutos, para que o advogado e o depoente possam confabular.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Reiniciando os trabalhos, concedo a palavra ao Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhor depoente, nobre Relator, aqui no seu depoimento V.Sa. afirma ter frequentado a casa, a Câmara dos Deputados — é isso? —, o escritório do representado e também afirma tê-lo encontrado em eventos públicos, no caso do café da manhã. É correto isso?



O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES - Isso. Na verdade, o café da manhã foi um encontro casual, quando eu conheci o Deputado. Foi o único evento social em que encontrei o Deputado.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - O.k. E foram várias vezes em casa, no escritório e aqui na Câmara dos Deputados?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES - Na Câmara estive umas três vezes.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Três vezes.

V.Sa. considera que tinha uma relação de amizade com o representado? Inclusive, em alguns momentos, foi tido aí como operador do Sr. Eduardo Cunha. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES - Na verdade, eu fui tido como operador do PMDB, o que não é verdade. Inclusive, hoje os próprios procuradores, conversando comigo, já falaram que hoje eles sabem que eu nunca fui operador do PMDB. Eu tinha negócios com a PETROBRAS e, em alguns desses negócios, foram-me solicitadas pelas pessoas que estavam nas posições na PETROBRAS onde eu estava desenvolvendo esses negócios, vantagens indevidas para políticos do PMDB. Inclusive, o único repasse feito por mim diretamente para algum político foi no caso do Deputado, porque eu o conhecia. Os outros políticos eu não conhecia, nunca estive com eles. Inclusive, eu disse: *“Eu não vou entregar o dinheiro para essas pessoas.”* E eles mandavam operadores deles para receber esse dinheiro.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Certo. Essa dívida da sua empresa com o Sr. Julio Camargo era advinda de quê?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES - Dos contratos que a gente conseguiu da construção de duas sondas junto à Samsung.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - V.Sa. afirma, literalmente, que pagou ao Sr. Eduardo Cunha para ele prestar um serviço, que foi um verdadeiro achaque, uma chantagem que foi feita ao Sr. Julio Camargo. É isso? Foi quase como uma espécie de prestação de serviço?



O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES - Na verdade, foi uma negociação onde ele estava me ajudando a receber um dinheiro. Na verdade, eu não o contratei como prestador de serviço. Essa é a figura que o...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Mas, ao fim e ao cabo, foi uma relação de troca?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES - Sim. Uma relação de troca. Essa seria a figura mais adequada.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Quando o senhor efetuou o pagamento dos 4 milhões de dólares, foi efetuado onde, em qual local, ao senhor Altair?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - No escritório do Deputado no Rio de Janeiro. E teve uma vez que outra pessoa, de quem eu não recordo o nome agora, indicada pelo Deputado, foi receber no meu escritório.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Ou seja, além das indicações que foram feitas das pessoas, a entrega foi feita no escritório que funciona dentro da casa do Presidente da Câmara, é isso?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não, é o escritório que ele tem no centro do Rio de Janeiro, escritório comercial ou escritório...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Então não há dúvida de que foram entregues a ele, eram para ele esses recursos? O senhor diz que esses 4 milhões eram para o Deputado Eduardo Cunha?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu... É. Fechei esse acordo com ele e entreguei às pessoas indicadas por ele.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Por ele, no escritório dele.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Isso, agora, o destino final, não sei.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - V.Sa. tinha consciência da ilicitude do recurso?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - De estar entregando... Sim, tinha consciência.



O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sim. Por fim, V.Sa. ouviu falar, na sua relação com o Yussef, que o Alberto Yussef ou qualquer outra pessoa tenha feito algum depósito em contas no exterior ao Sr. Eduardo Cunha, Presidente desta Câmara?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Desconheço, nunca ouvi falar.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - O.k. Sr. Presidente, Sr. Relator, resta clara a utilização, a ilicitude, o achaque, ou seja, a chantagem que foi feita e as atividades absolutamente ilícitas do Presidente desta Casa neste depoimento. Está cristalino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Muito obrigado, Deputado Leo de Brito. O Próximo inscrito é o Deputado Onyx Lorenzoni, que tem a palavra por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Queria chamar a atenção do Sr. Relator para o episódio na CPI da PETROBRAS em que a Deputada Clarissa Garotinho — e eu sugiro que o Relator peça, no Departamento de Comissões, o áudio da fala da Deputada Clarissa Garotinho — questiona se, na época, o depoente daquele dia, Sr. Eduardo Cunha, conhecia o Sr. Fernando Soares. E ela cita como fonte da informação que ela havia recebido naquele dia uma matéria publicada na coluna *Radar* da revista *Veja*.

Naquela oportunidade — nós estamos falando de 2015 —, o depoente do dia negou peremptoriamente: 1) que a matéria fosse verdadeira, porque mencionava várias reuniões que ocorreram na casa do Sr. Eduardo Cunha com a presença do Sr. Fernando Soares; 2) conhecer o Sr. Fernando Soares.

O advogado de defesa levantou uma preliminar, logo após a inquirição de V.Exa., no sentido de que deveria ficar afeito apenas àquela, talvez a mais importante, vamos dizer, acusação que está no relatório preliminar. Mas eu quero só lembrar — no momento achei que era desnecessário fazê-lo — que são inúmeros os julgados do Supremo Tribunal Federal que defendem que todos os fatos conexos de qualquer ato delitivo podem ser considerados em qualquer etapa da apreciação por Comissões, quer sejam de inquérito ou o próprio Conselho de Ética desta Casa. Então, por analogia, poderia ser tranquilamente aplicado e suportado.



Então, no Termo de Colaboração nº 3, página 12, a declaração do Sr. Fernando Soares é textualmente a seguinte: *“que havia sido marcada uma reunião, provavelmente na primeira quinzena de setembro do ano de 2011, e que ele pilotava uma camionete Range Rover”* — é impressionante como essa marca tem uma atração fatal por quem se envolve em corrupção no Brasil — “de placa EIZ 8877”. Após ter feito uma combinação com o advogado dele para a utilização do escritório do advogado — ele deixa claro que desconhecia completamente o teor do que ocorreria no escritório —, passou para apanhar na residência do nosso investigado — no caso, o Sr. Eduardo Cunha — e o transportou nessa caminhonete, retirando-o da sua residência, até o local. E quando ele chegou ao local do encontro, que fica ao lado do Shopping Rio Design, já Julio Camargo se encontrava à porta, porque o Julio Camargo havia pedido essa reunião para que eles pudessem discutir as questões de recursos.

E há outra fala, na pág. 13, dando conta de *“que na reunião ficou claro a Julio Camargo que metade do valor devido fosse para Eduardo Cunha, e que inclusive Julio Camargo inicialmente queria pagar apenas a parte de Cunha, deixando para pagar posteriormente o valor de Fernando Torres; que Eduardo Cunha não aceitou de maneira alguma, e disse que Julio deveria fazer o acerto de ambos”*.

Então havia não apenas o conhecimento, mas também uma ativa e decisiva participação nas operações que foram realizadas depois desse entendimento.

Então, para nós ficarmos limitados a “mentiu” ou “não mentiu”, eu quero fazer duas perguntas. A primeira é se o Sr. Fernando Soares confirma que, nessa data, apanhou o Sr. Eduardo Cunha e o conduziu na Range Rover placa EIZ-8877 para essa reunião. Essa é a primeira pergunta.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Sim, confirmo.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Confirma. E que no curso dessa reunião, quando o Julio Camargo, que era um devedor...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Conclua, Deputado. Nós não vamos poder mais estender as falas, até pelo horário do voo do depoente, e para que todos os Parlamentares possam falar. Conclua, por favor.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O.k. Só para liberar aqui. Na medida em que, além da negação, ele, Eduardo Cunha, sabia muito bem quem era o Sr. Fernando Soares, na medida em que ele defendeu que Julio Camargo quitasse as parcelas de maneira igual, preferindo Eduardo Cunha e deixando para um segundo momento o Sr. Fernando Soares. Eu também consulto se confirma essa declaração no termo nº 3.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Confirmo.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, era isso. Chamo a atenção do nobre Relator de que aí nós temos claramente tipificado mais um episódio naquela sessão da CPI onde houve a mentira por parte do depoente, infeliz, naquela data.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Com a palavra o Deputado Sérgio Moraes, pelo prazo de 5 minutos, improrrogáveis, até pelo horário de voo, para que todos os Parlamentares possam fazer uso da palavra e devido às passagens que foram tiradas pela Mesa e que têm o horário improrrogável de 7h.

Com a palavra o Deputado Sérgio Moraes.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Sr. Presidente, eu vou ser econômico. Primeiro, quero registrar que aqui há uma fala de que nós que votamos a favor do *impeachment* no domingo, em vez de nos determos ao *impeachment*, ficamos mandando saudação aos familiares. Esta discussão, que a imprensa presenciou e noticiou de forma diferente, ocorreu durante a quinta-feira, sexta-feira e o sábado, quando declinamos os motivos que nós tínhamos para cassar ou para votar pelo *impeachment*. No domingo não havia mais discussão, era só o voto. E, como era num final de semana, os Deputados se acharam no direito de mandar uma saudação para os seus familiares. Que mal há nisso? O debate foi antes. Eu mesmo fiz um discurso, às 2h da manhã, dizendo o porquê de eu estar votando a favor do *impeachment* da Dilma. Então, esse discurso é fraco.

E outro discurso que me impressiona aqui é o seguinte: há não sei quantos presos já do PT na Operação Lava-Jato e, na verdade, eles não admitem e dizem que são inocentes. Não são! São culpados.

Mas, quanto a essa discussão de hoje, Sr. Presidente, eu quero apenas dizer o seguinte: ela, até agora, não me trouxe nada. Ela só diz o seguinte: ele só falou



que ouviu falar, que entregou para alguém... Quer dizer, ele não disse que entregou o dinheiro para o Eduardo Cunha. Eu ouvi também ele dizer que o Eduardo Cunha se apresentou como alguém que estivesse buscando dinheiro para o PMDB, como se fosse o operador do PMDB. Então, na verdade, me resta perguntar — mais uma vez eu já sei a resposta — se V.Exa. entregou para o Eduardo Cunha, em espécie, dinheiro na sua mão?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Com a palavra o Sr. Deputado Betinho Gomes, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, eu gostaria de, inicialmente, antes de tentar fazer alguma pergunta, dizer que me parece estar clara a estratégia dos que defendem o Deputado Eduardo Cunha nesta Comissão, e a estratégia da defesa, que é a de tentar cingir o fato apenas ao depoimento feito na CPI da PETROBRAS.

Eu quero dizer que já há definições do Supremo de que, quando há assuntos conexos que servem a uma CPI, e que certamente servem a esta Comissão, podem ser abordados temas que ajudem a formar a opinião dos seus membros.

Portanto, todo o processo segue para frente. Surgindo fatos novos, nada impede que o Relator possa acrescentar, possa agregar esses elementos para formar opinião e fazer juízo, através do seu relatório.

Se se proceder como quer a defesa, estar-se-á ferindo inclusive o princípio da economia processual, porque nós teremos que abrir outro processo para discutir esse fato. Então, nós aqui estamos avançando no processo na medida em que surgem novos elementos para corroborar, confirmar aquilo que a imprensa vem divulgando e que consta da delação do Sr. Fernando Soares.

Obviamente, a defesa pode fazer uso da contestação, do *jus sperniandi* para tentar contestar a condução dada aqui pelo Relator, que em nada fere o processo que nós estamos construindo e debatendo aqui.

Eu acho que é muito importante isso ficar claro para que não se tente, a partir dessa afirmação, dificultar o trabalho do Relator, que está sendo feito com muito



zelo, com muita tranquilidade. Certamente, esses elementos serão essenciais para a formação de juízo neste Conselho.

Portanto, eu quero aqui contestar veementemente essa afirmação de que não se podem trazer novos elementos para este debate; primeiro, porque o relatório preliminar não impede isso; segundo, porque nós estamos aqui tendo o cuidado, inclusive, de não ferir o princípio da economia processual.

Mas eu queria, no restante do meu tempo, fazer alguns questionamentos ao Sr. Fernando Soares.

O Sr. Leonardo Meirelles esteve neste Conselho. Ele afirmou que fez centenas de repasses a contas *offshores* sediadas na Suíça. Todavia, não soube apontar os beneficiários dessas contas, pois era apenas um facilitador das operações demandadas pelos operadores do esquema. V.Sa., ao contrário, como operador, conhecia os beneficiários da propina? E aí eu indagaria se esse fato tem respaldo em provas dos autos da Operação Lava-Jato. E, se afirmativo, se V.Sa. também fez prova desse fato nos autos dessa mesma operação. E, em caso afirmativo, V.Sa. poderia esclarecer qual foi o envolvimento do Deputado Eduardo Cunha nesse episódio especificamente?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - O envolvimento do Deputado Eduardo Cunha foi esse que eu já expliquei aqui algumas vezes. Ele me ajudou a cobrar do Julio Camargo uma dívida que ele tinha comigo. Por isso eu tinha feito um acordo com ele de ele ter uma parte do valor recebido — inicialmente, 20%; posteriormente, 50%. E a questão dos beneficiários das contas no exterior eu desconheço, porque eu não era o operador. Eu tinha os negócios com a PETROBRAS e eu também me valia de um operador, que era a pessoa que fazia os depósitos que tinham que ser feitos lá fora. Então, eu desconheço.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, eu estou satisfeito. Agradeço pela oportunidade de participar deste debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Marun, por 5 minutos, improrrogáveis.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. Presidente, nobres pares, meu boa tarde a todos.



Inicialmente quero dizer que não concordo com a tentativa de ampliação da acusação a partir do surgimento principalmente de outros indícios, até porque é sabido que delação premiada não é prova. Isso já foi reconhecido pelo próprio Procurador Janot junto ao STF, e alguns Ministros já se manifestaram a esse respeito.

O Deputado Betinho Gomes cita o princípio da economia processual. E eu cito o óbvio em todos os códigos de processo: que, após a citação, no caso de surgimento de fatos novos, eles têm que ser objeto de nova denúncia. Você não pode mandar uma citação; a defesa indeferir em relação àquilo; aparecer outra, apresentarem-se as testemunhas; serem chamadas as testemunhas. Daí a pouco, então, eu cito o princípio da não surpresa.

É evidente: se surgiram outras provas, devem, podem... Mas é uma nova denúncia. Isso é óbvio, com todo o respeito aos nobres advogados com quem aqui debato. Disso um acadêmico do segundo ano de Direito sabe, se ele for de uma faculdade mais ou menos, sem precisar nem ser das boas — e sei que todos aqui que são advogados cursaram excelentes faculdades.

Então, a pergunta que eu faço ao depoente — e vou usar o meu tempo — tem dois aspectos: primeiro vou falar do que, para mim, tem a ver com o processo; e depois vou matar alguma curiosidade a respeito. Então, eu vou aproveitar os meus 5 minutos.

Em relação ao processo, o senhor tem alguma prova de que o Presidente Eduardo Cunha possui alguma conta no exterior?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Então, daí eu concluo que o senhor... Eu ia lhe perguntar qual era o número dessa conta, quem era o beneficiário. Se o senhor tivesse enviado algum dinheiro, eu ia lhe perguntar se o senhor tem o recibo. Mas, como o senhor diz que não tem nem conhecimento, eu nem passo a expressar as outras perguntas.

Na acusação que se faz, na peça acusatória do Ministério Público — e que foi usada inclusive pelo PSOL —, foi colocado o Deputado Eduardo Cunha como seu sócio oculto. O que é sócio oculto? Agora o senhor coloca aqui que esses navios foram negociados em 2006 e que, só em 2009, o senhor solicitou o apoio do



Eduardo Cunha, seu Deputado Eduardo Cunha, que, em 2010, veio pedir o seu apoio.

Então, o que se coloca é uma inverdade. Não é verdade que o senhor tenha sido, em algum momento, sócio oculto ou que o Deputado Eduardo Cunha tenha sido o seu sócio oculto.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Isso nunca ocorreu. Nos negócios que foram fechados quando dos navios-sondas, eu não conhecia o Deputado. Esses negócios ocorreram entre 2006 e 2007, que foram os anos em que foram fechados os contratos. E, posteriormente, eu pedi ajuda do Deputado. Vim a conhecer o Deputado em 2009 e pedi ajuda dele em 2010. Ele não tinha nenhuma participação nesse negócio.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - O Ministério Público afirma, na sua peça acusatória, que o Deputado Eduardo Cunha foi seu sócio oculto, que, sendo seu sócio oculto, recebeu cerca de 17 milhões e 345 mil reais como propina em relação a esse negócio. Eu posso afirmar que o Ministério Público está mentindo?

O SR. SÉRGIO RIERA - Sr. Presidente, pela ordem. É só uma questão de fato.

O depoente veio prestar depoimento sobre fatos. Ele não pode omitir juízo de valor: se é mentira ou se não é de Ministério Público, ou de terceiro, ou do próprio Deputado Eduardo Cunha. Apenas fatos.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Positivo. Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - O senhor está convidado... V.Exa. não precisa responder, pode...

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Eu faria a mesma pergunta em relação ao PSOL, ao partido PSOL, que faz a mesma afirmação na sua peça acusatória. Mas encerrou o meu tempo e eu não posso continuar.

Eu respeito o tempo que me foi concedido e não dou sequência, então, à minha inquirição, não obstante talvez devesse receber 1 minuto pela paralização que foi causada pelo nobre colega que defende o depoente.

Eu ia perguntar o seguinte: em sendo operador do PMDB, por que consta, nessas acusações, que o senhor facilitou ainda um recurso para a nora do Presidente Lula?



O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu nunca fui operador do PMDB. Como eu disse, eu tinha alguns negócios junto à PETROBRAS, principalmente junto à Diretoria Internacional e à Diretoria de Abastecimento. E geralmente, quando esses negócios estavam para acontecer, sempre surgiam solicitações através dos agentes públicos, para privilegiar, de alguma forma, algum político ou partido político. Eu nunca operei pra partido nenhum, nunca operei pra político nenhum.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - E nem acolhia as solicitações que vinham das noras?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - O tempo de V.Exa. está esgotado, Deputado. Muito obrigado.

Deputado Subtenente Gonzaga, V.Exa. tem a palavra.

Em seguida, falarão os Deputados não membros: Chico Alencar, Ivan Valente e Alessandro Molon.

Estão encerradas as inscrições, pois o nobre advogado tem horário marcado de voo.

V.Exa. tem a palavra, Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Fernando, primeiro, eu acho que nós temos que insistir em algo. A mim me parece que é equivocada a decisão do Deputado Waldir Maranhão, Vice-Presidente desta Casa, baseada no relatório do Deputado Marcos Rogério que foi aprovado e admitido aqui.

Voltamos a insistir que, no item 2 da letra “f”, ele efetivamente admite que: *“(...) durante a apreciação do voto, sem prejuízo de que os fatos sejam apurados, mediante novas provas no curso da instrução.”*

Portanto, ele acolheu a emenda apresentada pelo Deputado Paulo Azi, mas incluiu em seu relatório, sim, a possibilidade de que, na instrução, novos fatos e outros fatos pudessem ser apreciados.

Portanto, a mim me parece que a decisão do Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, S.Exa. o Deputado Waldir Maranhão, vem também como cerceamento do trabalho do Relator, do trabalho desta Comissão. E com ela nós efetivamente não podemos concordar.



Nessa mesma linha, tem sido também insistente o esforço de que prevaleça a afirmação, Sr. Fernando, de que o Deputado Eduardo Cunha não tenha mentido, considerando que o senhor vem reiterando que desconhece contas no exterior e que tem entregado recursos diretamente ao Deputado Eduardo Cunha. Mas, por outro lado, o senhor também vem insistindo em dizer que os recursos foram entregues a partir de indicação do Deputado Eduardo Cunha.

Essa minha compreensão está correta? Todas as vezes em que o senhor entregou recursos ao Sr. Altair isso se deu por indicação do Deputado Eduardo Cunha?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Isso. Exato.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Então, está evidente, Sr. Presidente, que o fato de ele afirmar que não tenha entregado recursos diretamente ao Deputado Eduardo Cunha e que desconhece que ele tenha conta no exterior, na minha convicção, não invalida a afirmação de que o recurso foi entregue por orientação, por solicitação e para o Presidente Eduardo Cunha — porque não me parece que ele estivesse fazendo essa caridade com alguém, indicando alguém que recebesse benefício do Sr. Fernando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Concedo a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Eu pediria ao nosso convidado, o depoente aqui, que até anotasse, porque eu vou fazer várias questões bem objetivas, lastreadas, de um lado, no Termo de Declaração nº 13, de S.Sa., ao Ministério Público Federal, e no depoimento que o Deputado Eduardo Cunha prestou na CPI da PETROBRAS, sempre invocada aqui como aval de anistia para ele.

Peço ao Relator também que fique com a sua atenção máxima, porque considero importante.

Primeira pergunta. Diz Eduardo Cunha, textualmente, que a relação que teve com V.Sa. foi apenas em função de uma empresa espanhola que construiu o Porto de Açúcar em Campos, e nada mais. O senhor confirma isso?



Segunda pergunta. Diz o Sr. Eduardo Cunha, na CPI da PETROBRAS, que não fez qualquer requerimento de informações para quem quer que seja. E parece que ele relatou a V.Sa. que uma das maneiras de constranger Júlio Camargo seria através de requerimentos. Peço a sua confirmação quanto a isso.

Terceira pergunta. Dos 4 milhões de reais recebidos em espécie, como o senhor já disse aqui, e só no escritório dele, em algum momento — por razões até geográficas e de vizinhança, já que a sua residência é na Barra da Tijuca também —, o senhor cogitou de entregá-los na casa dele, e ele pediu para que não o fizesse e só entregasse esses recursos de propina lá no escritório dele, no centro do Rio?

Quarta pergunta. O senhor trocava de celulares regularmente, como disse no seu depoimento ao Ministério Público, e que tinha um específico para falar de “valores ilícitos” — os termos são seus — com pessoas especiais, com determinadas pessoas. Eduardo Cunha está entre elas?

Quinta pergunta. O senhor fala, algumas vezes no seu depoimento, na sua colaboração, de pressões de Eduardo Cunha para cobrar de Júlio Camargo. Eu indagaria que pressões foram essas e como elas se deram. Nas viagens de carro que vocês faziam? Nos encontros de mais de uma dezena que mantiveram? Pressões de Eduardo Cunha — eu li aqui.

Sexta pergunta. O senhor disse que recebeu um *e-mail* de Eduardo Cunha com planilha dos valores devidos por Júlio Camargo. E disse para os que tomavam o seu depoimento que ia se esforçar para encontrá-la. O senhor confirma essa planilha e a encontrou?

Sétima pergunta. O senhor tem negócios que o levaram frequentemente ao exterior, notadamente Estados Unidos e Espanha. O senhor não tem nenhuma movimentação financeira no exterior, nenhuma conta lá? E não fez repasse para absolutamente ninguém do mundo político?

E, por fim, o senhor disse que os empresários são honestos, os políticos é que os corrompem, talvez traduzindo aquela máxima de Rousseau — “*O homem é bom por natureza, a sociedade é que o corrompe.*” — para os termos atuais e do Brasil. O Eduardo Cunha foi um deles, já que o senhor considera que esses negócios eram propina e eram valores ilícitos? Ele foi um dos que o corrompeu, o



bom empresário aí? Quero lembrar que sempre há corruptos e corruptores, nunca há um lado só da história. Seria isso.

Eu tenho mais 1 minuto e 22 segundos. Queria lembrar algo ao Deputado que mencionou aqui o PSOL com uma suposta mentira na representação — o PSOL e a Rede. E queria dizer que negociar recebimento de propina, pressionando um empresário — no caso, o Júlio Camargo — e fazendo a entrega de 4 milhões de reais para Eduardo Cunha, como declarado aqui pelo nosso convidado, é óbvio que é uma sociedade. E é óbvio que essa sociedade não era conhecida à luz do dia. Ela só veio a lume em função das providenciais investigações da Lava-Jato.

Ainda que não haja sociedade oculta — não existe razão social ou contrato assinado, senão não o seria —, é qualquer negócio ilícito envolvendo dinheiro, feito, no caso aqui, por agente público e por um empresário do ramo privado, mas que tinha negócios com a nossa hoje combalida, mas ainda importantíssima PETROBRAS.

Portanto, para nós, essa sociedade oculta está comprovada aqui, assim como negócios ilícitos, corrupção, propina e tudo o mais que a peça acusatória traz.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu vou começar pela última pergunta do senhor. Eu não falei que os empresários são bons. Em nenhum momento eu falei isso. Eu disse aqui que os empresários estão sendo execrados como se fossem os culpados de tudo. E eu falei que a corrupção não começa neles. Eu não conheço nenhum empresário que ache bom tirar dinheiro do bolso para pagar propina. Eu falei que o que acontece é que essas solicitações são feitas ou por políticos ou por agentes políticos colocados por esses políticos em cargos públicos. Foi isso o que eu falei. Eu falei que começa aí. E eu disse também que respeito esta Casa, como respeito todas as instituições. Agora, em todo lugar tem gente boa e tem gente ruim. Foi exatamente essa a minha colocação. Em nenhum momento, eu disse que os empresários, ninguém tem culpa de nada. Eu tenho culpa como qualquer outro, porque eu poderia ter me recusado a pagar propina. E, como eu disse que em determinado momento eu me recusei, a minha empresa foi perseguida. E hoje a empresa está em recuperação judicial por causa dessa perseguição sofrida, onde eu tive que botar 12 milhões para cumprir contratos na PETROBRAS, porque estava sendo perseguida dentro da PETROBRAS, por não



ter aceitado pagar propina a um funcionário da PETROBRAS. Então, foi essa a minha colocação. Em relação à primeira pergunta, sobre a questão de uma empresa espanhola no Porto do Açu, isso foi um negócio privado, que não teve participação de nenhum político. Isso é um negócio que foi totalmente lícito entre duas empresas privadas. Então, não houve propina e não houve participação de nenhum político.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Essa foi a única conversa entre os dois?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não, eu tive várias conversas com o Deputado. Entre as conversas que eu tive, foi sobre as empresas que eu representava, perguntando se teria como ele ajudar a gente a buscar contratos. Foi aí que começou. Mas, em nenhum momento, eu consegui nenhum contrato para nenhuma dessas empresas. As empresas que eu represento, todos os contratos que a gente conseguiu aqui no Brasil foram contratos privados, com empresas privadas, nenhum contrato público. Quanto ao requerimento, eu fui informado pelo Deputado, em determinado momento, de que ele estaria usando esse artifício como forma de pressionar o Júlio Camargo. Então, é isso o que eu sei relativo ao requerimento. Sobre a entrega, teve uma vez que o Jayme me fez uma entrega no sábado, e, como eu não gostaria de ficar com esses valores em minha residência, eu comuniquei ao Deputado que eu tinha esse valor já comigo e se eu poderia entregar a ele na residência dele. E ele preferiu que não, pediu para que eu entregasse na segunda-feira, no escritório dele. Em relação ao celular, eu tinha um número em que eu falava com esses operadores que recebiam os valores por políticos, em que eu falava com o próprio Eduardo Cunha, através de mensagens. Então, era um celular que não era exclusivo para o Eduardo Cunha, era um celular que não era um celular que eu usava no meu dia a dia, que eu utilizava só para esse tipo de comunicação. E eu utilizava ele sempre através de mensagens, pra me comunicar através de mensagens.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Para negócios ilícitos.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Para os negócios ilícitos que tinham... Na verdade, eu não sei se eu diria "negócios ilícitos", porque os negócios eram lícitos, a ilicitude estava em pagar a propina.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nos valores ilícitos.



O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Exatamente. Exatamente. Nos valores ilícitos. A pressão que eu falo é que, quando eu encontrava com Eduardo Cunha, ele sempre falava que o Júlio estava devendo ainda a ele e se eu podia também cobrar do Júlio. E as vezes em que o Eduardo me falou isso, o Deputado Eduardo Cunha me falou, eu sempre me dirigi ao Júlio cobrando, e ele dizia que ia procurar o Deputado pra resolver. E, efetivamente, eu não sei se foi resolvido ou não. Contas no exterior. Eu tinha contas no exterior: contas declaradas e contas não declaradas. Mas eu nunca movimentei, através das minhas contas, nenhum valor que foi pra pagamento de agentes políticos ou de políticos. Isso sempre era operado através de contas de um operador.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E a planilha?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Na verdade, tinha essa planilha que, em determinado momento, o Deputado me mandou, mas eu não consegui localizar. Mas passei para o Ministério Público a minha conta que eu tinha usado, em que eu tinha recebido esse *e-mail*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sr. Relator, nosso depoente Fernando Baiano, nós já nos conhecemos. O senhor se deve se lembrar lá de Curitiba, não é, Sr. Fernando?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Isso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Fiz muitas perguntas ao senhor, mas o senhor não me respondeu nenhuma na ocasião.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não era o momento oportuno. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Espero que seja agora. Agora o senhor está em disponibilidade, não é?

Então, eu quero começar com a seguinte questão. Primeiro, o seu depoimento mais importante já foi dado ao incriminar Eduardo Cunha. Houve passagem de propina, 4 milhões de reais para Eduardo Cunha. Confirmação que vai ser feita também pelo Júlio Camargo, quando vier depor aqui, e pelo Youssef, porque a triangulação dos três depoimentos é perfeita. Então, isso já está feito.



Mas eu queria fazer uma questão para o senhor, que é a seguinte: o senhor se julga próximo, íntimo do Eduardo Cunha? Sim ou não?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não me julgo íntimo do Deputado. Acho que intimidade é quando você frequenta a casa de uma pessoa pra eventos sociais, pra jantares, pra...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas sócio, o senhor se julga?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não. Eu acho que sócio é quando você monta uma empresa ou quando você tem uma SPC, uma SPE. Não é...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, eu vou falar por que eu acho que o senhor é próximo do Eduardo Cunha. Se não é sócio é quase sócio.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Desculpe-me. Eu entendi o senhor falar "sócio". Na segunda pergunta, o senhor me perguntou se eu era sócio, porque o senhor me julgava sócio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É isso.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não, não me julgo sócio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas eu não estou falando em sociedade formal, jurídica. Entendeu? Eu estou falando de uma sociedade informal.

Eu queria colocar que, primeiro — preste atenção —, o senhor se aproximou do Sr. Eduardo Cunha porque ele era um homem influente. Segundo, o seu trato com ele era de 20% e foi para 50%, para a metade, meio a meio. É sócio paritário, entende? O senhor foi sócio paritário do Sr. Eduardo Cunha. Terceiro, não existe algo mais íntimo assim: o senhor ligou, mandou uma mensagem, passou na casa do Eduardo Cunha para pegá-lo, vir ao *shopping*, encontrar o Júlio Camargo num escritório, no domingo à noite,...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E levou-o de volta.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ... para tratar de uma questão clara, que era o dinheiro mesmo.

E eu tenho aqui a declaração do Júlio Camargo, que diz o que aconteceu naquela reunião. Em determinado momento, quando houve uma pressão muito forte do Eduardo Cunha sobre o Júlio Camargo, ele falou: "*Então, vou pagar o Eduardo*



Cunha”. E o Cunha falou que não aceitaria isso se o senhor também não recebesse na mesma hora, no mesmo momento. Veja, Relator: ele não aceitaria se não recebessem junto.

Ou seja, Sr. Fernando, o Cunha tinha, sim, uma relação muito grande com o senhor. E não foi pouca coisa, porque ele operou aqui um esquema tal que foi preciso o *login* da Câmara ser aberto para se descobrir que ele fez os requerimentos à Deputada Solange Almeida Isso foi descoberto pelo Ministério Público e pela bancada do PSOL. Certo? Ele fez os requerimentos.

Eu posso indicar mais dez requerimentos da Deputada Solange Almeida, para pressionar outras coisas, inclusive usinas lá de Apertadinho, em Rondônia (*riso*), apresentados em Comissões que não tinham nada a ver com isso, para pressionar o Grupo Schahin. E o Sr. Lúcio Funaro está no meio, também sócio do Sr. Eduardo Cunha, doleiro do Sr. Eduardo Cunha.

Eu pergunto: o senhor conhece o Sr. Lúcio Funaro?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Conheço o Lúcio Funaro de imprensa. Nunca tive contato.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Só de imprensa.

Então, eu estou colocando essas questões porque acho que é muito importante caracterizar essa situação. E vou dizer mais, Sr. Presidente, rapidamente.

Sr. Fernando, aqui há uma solicitação feita pela bancada do PSOL sobre a sua presença na Câmara. O senhor sabe disso?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Está aqui. O senhor esteve na Câmara dos Deputados, entre 2012 e 2014, oito vezes — oito vezes — e, em 2005, uma vez. Está aqui. Eu tenho aqui a planilha dada pelo Ministério Público. O senhor esteve aqui no dia 3 de outubro de 2012. E exatamente no dia 10 de outubro, houve uma passagem de dinheiro da Piemonte, que é do Sr. Júlio Camargo, como V.Sa. sabe, para a Hawk Eyes Administração, que é do senhor, no valor de 422 mil reais. No mesmo mês, no dia 30, a Piemonte Investimentos voltou a passar para a sua própria empresa, a Hawk Eyes, 377 mil reais. Então, isso foi tratado,...



O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - O tempo está esgotado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ... isso também foi feito aqui na Câmara dos Deputados.

Eu pergunto ao senhor: quantas vezes o senhor esteve com o Sr. Eduardo Cunha aqui na Câmara dos Deputados? Por que o Júlio Camargo falou que eram 5 milhões de dólares— dólares — para o senhor e 5 milhões para o Eduardo Cunha, e eles se transformaram em 4 milhões de reais, que o senhor entregou pessoalmente, lá no escritório do Eduardo Cunha?

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Primeiro, como eu já falei aqui, esses pagamentos que foram feitos pela Piemonte à minha empresa não têm nada a ver com as minhas visitas aqui, porque nenhum desses pagamentos foram pagamentos para serem feitos repasses para o Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E o que o senhor vinha fazer aqui na Câmara, então?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu vinha aqui porque, às vezes, quando eu estava em Brasília, eu vinha visitar o Deputado ou outros Deputados. Certo? Então, eu nunca estive aqui...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Poderia citar os outros Deputados?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu acho que não vem ao caso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu acho que isso contribui para as investigações.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Então, em relação à questão desses valores, isso em nada tem a ver, porque os pagamentos, os repasses que eu fiz ao Deputado Eduardo Cunha foram dinheiro que foi entregue a mim em espécie. E eu repassei para ele em espécie.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Ivan Valente, o tempo de V.Exa. acabou.



O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - O Youssef, a pedido do Júlio Camargo, mandava entregar-me esse dinheiro em espécie. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Acabou a última pergunta? Respondeu a última?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu acho que tinha uma outra.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sobre os milhões de dólares.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Sim. Isso daí, mais uma vez, é o que aconteceu sempre nesse negócio com o Júlio: a gente acertava determinado valor com o Júlio, só que, posteriormente, ele não concluía os pagamentos. Então, os 5 milhões de reais, tanto devidos ao Deputado como devidos a mim, não foram pagos na integralidade, como tinha sido acertado.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não, ele não pagava mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Acabou o tempo do Deputado Ivan Valente.

Restam apenas dois oradores: o Alessandro Molon e o Paulo Azi, por concessão do advogado. Estão encerradas todas as inscrições.

Com a palavra o Deputado Alessandro Molon, que está inscrito.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Começou a Ordem do Dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Começou, Sr. Deputado, começou. Mas, como nós não estamos deliberando, isso não tem nenhuma importância neste momento.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Claro, Deputado, V.Exa. tem toda a razão.

Deputado Alessandro Molon, V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Obrigado, Sr. Presidente.



Sr. Fernando Soares, quero dirigir algumas perguntas ao senhor, sobretudo sobre questões que, para mim, não ficaram muito claras. Por exemplo, nessa última pergunta do Deputado Ivan Valente, apenas para esclarecer, o senhor disse que entregou em espécie, a esse Sr. Altair, cerca de 4 milhões de reais. Não é isso?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Exato.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Portanto, em princípio, seriam 5 milhões de dólares, que à época equivaliam aproximadamente a 7 milhões de reais.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - E esse valor acabou caindo para, talvez, 5 milhões, dos quais em torno de 4 milhões teriam sido entregues pelo senhor a esse Sr. Altair, indicado pelo Deputado Eduardo Cunha. E foram entregues no escritório do Deputado Eduardo Cunha.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - É exatamente isso?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Colocou com bastante clareza.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - A segunda questão, Sr. Fernando Soares, é sobre a procedência desses recursos. No fundo, tratava-se de um pagamento pela intermediação que o senhor teria feito junto à PETROBRAS, para que as sondas fossem compradas das empresas representadas pelo Sr. Júlio Camargo. Era a isso que se referia esse dinheiro?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Exato.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - O Sr. Eduardo Cunha, quando o senhor lhe explicou esse caso, ele tinha consciência do que se tratava, da natureza ilícita desses recursos?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Na verdade, é o que eu falei: o negócio em si não foi um negócio ilícito, a ilicitude estava no pagamento da propina. Mas o negócio em si foi um negócio tratado junto



à PETROBRAS, onde teve estudos técnicos, onde houve negociação. Então, no meu entendimento, a ilicitude está no pagamento da propina.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - E parte da propina é que era repassada ao Deputado Eduardo Cunha. Ele tinha consciência da ilicitude desses valores?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Que valores?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Desses 4 milhões que o senhor repassou a ele.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Sim.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Ele sabia do que se tratava?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Que se tratava-se de uma comissão que eu estava passando a ele, por ele ter me ajudado a cobrar o Júlio Camargo.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - A propina que o Júlio Camargo deveria pagar ao senhor, referente à propina que ele...

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Eu não sou agente público, eu não sou político. Então, ele não estava me pagando uma propina. Eu estava recebendo parte da comissão que foi negociada com o Júlio Camargo desde o início do negócio, para que eu o ajudasse a concretizar esse contrato. Então, para mim, eu não recebi propina. A propina começou a partir do momento em que houve solicitação para agentes públicos e agentes políticos.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Perfeito.

O senhor repassava parte desses valores a agentes públicos e a agentes políticos. Não é isso?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Isso.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Uma parte deles, por exemplo, foi repassada pelo senhor ao Sr. Nestor Cerveró?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Exato.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Para que essas sondas fossem compradas?



O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não. O negócio estava acontecendo independentemente de haver negociação ou não. A solicitação veio posteriormente ao negócio que já estava encaminhado. É isso o que eu falando.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Independentemente disso, o Sr. Eduardo Cunha tinha clareza de que isso se tratava de uma parte de uma comissão, uma parte não declarada. Esses recursos eram repassados ao senhor a título de quê?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - De intermediação de negócio, uma comissão. Tanto que eles foram pagos através das minhas empresas, emitindo nota fiscal.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - No entanto, o senhor repassou esses valores ao Deputado Eduardo Cunha sem fazê-lo oficialmente?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Exatamente. A parte que foi destinada ao Deputado Eduardo Cunha não foi oficial.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não foi declarada?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não foi declarada.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Foi tirada em dinheiro, foi dada em dinheiro para alguém indicado por ele no escritório dele.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Exato.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Perfeito.

O senhor, quando conduziu o Deputado Eduardo Cunha à reunião no Leblon, levou-o de volta à sua casa?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Sim.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - O senhor conversou com ele sobre o resultado da reunião? Qual foi a avaliação que o senhor fez com ele sobre isso? O que os senhores comentaram sobre a reação do Júlio Camargo? Como foi a conversa na volta?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Foi uma conversa tranquila. Não tratamos o tempo inteiro sobre isso. Falamos sobre outros assuntos também.



O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Um minutinho, por favor. Desculpe-me.

Sr. Presidente, enquanto o depoente responde, o meu tempo não é interrompido. Os 5 minutos são para mim, não são para ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - V.Exa. está fazendo perguntas e respostas.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não, eu só estou perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Mas ele tem que responder no seu tempo.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - É claro. Vou dar 1 minuto a V.Exa., porque eu estou interrompendo a sua fala. É diferente.

Vou explicar a V.Exa. o seguinte: alguns Deputados fizeram uma série de perguntas dentro do seu tempo, e aconteceu a resposta. Em alguns casos, outras perguntas foram feitas. Inclusive, o Deputado Ivan Valente não fez mais perguntas, e o depoente usou outro tempo para responder. Eu não interrompi a resposta.

Mas V.Exa. está fazendo um pingue-pongue com perguntas e respostas, dentro dos seus 5 minutos. Foi V.Exa. que optou por isso. O.k.?

V.Exa.tem mais 1 minuto.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Eu só posso falar se V.Exa. liberar o microfone.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu não mexi em lugar nenhum aqui. Foi V.Exa. que desligou o microfone.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não, Sr. Presidente, nós só conseguimos ligar aqui quando V.Exa. autoriza.

Sr. Fernando Soares, peço ao senhor que tome nota, senão, vou perder o minuto que me resta. Eu queria que o senhor contasse qual foi a conversa com o Deputado Eduardo Cunha, na volta para casa. Também queria que o senhor confirmasse se esse percentual reservado a ele, do que o senhor teria a receber, foi aumentado de 20% para 50% quando houve a possibilidade de ele usar os requerimentos de informação para pressionar o Sr. Júlio Camargo a pagar o que devia.



Inicialmente, o senhor tinha pedido para usar o nome dele e, em troca disso, pelo que eu li na sua colaboração, o senhor teria oferecido 20%. Depois esse percentual sobe para 50%. E pelo que eu entendi da sua colaboração, isso ocorreu depois de ele dizer que tinha descoberto uma maneira de obrigar o Sr. Júlio Camargo a pagar o que devia, que seriam os requerimentos de informação. É isso? Se não é isso, por que o percentual mudou de 20% para 50%? Por que o percentual de participação foi aumentado?

Era o que eu queria que o senhor explicasse, se pudesse.

Obrigado.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Sinceramente, tem muito tempo e eu não lembro a conversa. A gente, com certeza, falou sobre o resultado da reunião com o Júlio e sobre outros assuntos, acho que assuntos do cotidiano. Mas da conversa em si eu não me lembro. Eu não tenho uma memória tão boa assim. Em relação ao percentual, não foi uma solicitação do Deputado, fui eu que ofereci, porque eu estava dando esse valor que eu tinha a receber do Júlio como perdido. Como eu falei, eu já vinha, desde 2008, tentando receber esse valor do Júlio, e não conseguia. Ou seja, 3 anos já tinham passado. Então, quando eu estive com o Deputado em 2010, no segundo semestre, ele falou que estava muito ocupado com a campanha e para a gente tratar disso posteriormente. E, quando eu voltei a falar com ele sobre o assunto, já em 2011, partiu de mim oferecer, em vez dos 20%, os 50%, para poder ser, vamos dizer assim, um estímulo a mais pra ele me ajudar a cobrar o Júlio. Foi isso o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Alessandro Molon, eu sinto, mas V.Exa. não tem mais como fazer perguntas.

O último orador é o Deputado Paulo Azi.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Agradeço, Sr. Presidente. Eu vou seguir um pouco a linha do Deputado Molon.

Sr. Fernando, pelo que eu entendi, o Sr. Júlio Camargo representava algumas empresas que forneciam navios-sondas à PETROBRAS, e o senhor fez uma intermediação de um negócio entre as empresas que o Sr. Júlio Camargo representava e a PETROBRAS.



Como é que se deu o processo de aquisição desses navios-sondas? Foi uma licitação? Foi uma coleta de preços? O senhor se recorda de como se deu esse processo de aquisição dos navios pela PETROBRAS? Como é que a PETROBRAS contratou isso? Foi feita uma licitação pública? Foi feita uma coleta? Como é que se deu isso?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Na época, existia uma demanda muito grande no mercado de sondas e existia muita dificuldade pra se construir, porque tinha uma demanda grande e poucos estaleiros. E esse tipo de equipamento era um equipamento que ainda, vamos dizer assim, era uma novidade, um equipamento de última geração e que poucos estaleiros tinham condição de construir. Quando eu soube que a PETROBRAS estava tentando fazer... contratar esses navios, eu procurei o diretor da área na época e disse que eu poderia ajudar a conseguir um estaleiro que o fizesse. E eu tentei isso junto aos estaleiros espanhóis. Só que os estaleiros que eu procurei não tinham a tecnologia adequada pra construir esse equipamento. Aí foi quando eu fui procurado pelo Júlio, me falando que ele tinha interesse nesse negócio e que ele tinha como conseguir o que eles chamam de *slot* — porque *slot* é o espaço no estaleiro para construir o equipamento no tempo em que a PETROBRAS precisava. O Júlio me falou isso, e eu disse que ia...

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Mas foi uma contratação direta? Não houve nenhum tipo de concorrência, pelo que eu estou entendendo.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Não, não houve concorrência exatamente por isto: porque não existiam estaleiros...

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Havia poucos interessados.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - ...que conseguissem construir no tempo que a PETROBRAS precisava. Inclusive houve uma negociação que... E só se conseguiu isso junto à Samsung porque a Mitsui era uma das maiores clientes da Samsung. E, na verdade, a Mitsui é que era uma empresa representada pelo Júlio. E foi a Mitsui que intercedeu junto à Samsung e se tornou sócia da PETROBRAS nesse primeiro equipamento que foi construído. Foi por isso que se conseguiu o *slot* junto à Samsung.



O SR. DEPUTADO PAULO AZI - E a intermediação que o senhor fez foi objeto de um contrato entre a sua empresa e as empresas do Sr. Júlio Camargo?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Foi feito um contrato?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Portanto, V.Sa. entende que os recursos que o Sr. Júlio Camargo lhe pagou e que lhe devia foram recursos de origem lícita, que não foi algo em pagamento de alguma atividade ilícita que o senhor fez junto à PETROBRAS?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - A atividade de intermediação de negócios ou de *lobby* só é olhada de uma forma pejorativa aqui, porque, no mundo, o *lobby* é uma coisa legal, inclusive regulamentada em alguns países. Então, de ilegal não tem nada. Como eu falei, a ilegalidade está no pagamento da propina, das vantagens indevidas.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - O senhor afirmou que, depois de feito o negócio é que chegaram ao senhor as demandas tanto...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Foram concedidos a mim 3 minutos, Sr. Presidente. Eu gostaria de ter a tolerância de V.Exa.

Depois de feito o negócio, então, chegaram as demandas tanto dos gestores da PETROBRAS como de agentes políticos?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - É, na verdade, o negócio estava em fase de conclusão quando houve a primeira negociação para pagamentos para agentes públicos. Posteriormente, após o negócio já estar concretizado, houve uma solicitação por parte do diretor, de pagamento para agentes políticos, o que tinha sido solicitado a ele numa reunião que houve aqui em Brasília.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Isso ocorreu no ano de 2006 ou 2007, quando foi concretizado o negócio.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Exato. Exato.



O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Do total do valor que o senhor acertou com o Sr. Júlio, mais ou menos quantos por cento o senhor destinou aos pagamentos tanto dos agentes políticos quanto dos agentes públicos nesse primeiro momento? Tem ideia, mais ou menos, de quanto foi o percentual?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - É, nesse primeiro momento, eu acho que girou em torno de 70%, porque, como eu falei, não existia, nesse momento, agente político. E, posteriormente, surgiu uma solicitação de pagamento de 6 milhões de dólares para agentes políticos.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Então, o senhor pagou 6 milhões de dólares a agentes políticos e uma outra parcela, cujo valor eu não sei se o senhor sabe, a agentes públicos, funcionários da PETROBRAS que o senhor cita na sua colaboração. O senhor tem, mais ou menos, ideia de quanto foi destinado a esses funcionários?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - É, eu acredito que foi alguma coisa, nesse primeiro momento, acho que foi alguma coisa em torno de uns 5 milhões de dólares.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Então, 6 milhões com 5 milhões dão 11 milhões de dólares. O senhor recebeu, inicialmente, algo em torno em 18 milhões de dólares do Sr. Júlio Camargo. Enquanto ele estava honrando o pagamento, o senhor recebeu algo em torno de 18 milhões de dólares. É isso?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - O senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Paulo Azi, peço a V.Exa. que conclua. Agora, sim, eu tenho que encerrar a reunião, porque começou o processo de votação.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Eu vou concluir, Sr. Presidente. É a última pergunta.

Eu gostaria de saber o nível de clareza que o representado, o Deputado Eduardo Cunha, tinha em relação à origem desses recursos. O Deputado Eduardo Cunha sabia ou entendia que esses recursos eram de origem ilícita, ou entendia que esses recursos eram fruto do trabalho legítimo que o senhor prestou na atividade de *lobby* junto à empresa que operava na PETROBRAS?



O SR. FERNANDO ANTÔNIO FALCÃO SOARES (Fernando Baiano) - O que eu falei a ele foi que eu tinha um recurso a receber de um negócio que eu tinha desenvolvido junto à PETROBRAS com o Júlio Camargo. É isso que ele sabia.

O SR. DEPUTADO PAULO AZI - Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Senhores, agora é diferente. A Ordem do Dia começou há algum tempo, agora está em processo de votação, nós temos que encerrar. Mas, antes disso, eu vou dar a palavra ao Deputado Marcos Rogério.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é apenas para alguns comunicados.

Inicialmente, com relação ao que foi levantado pela defesa, alguns Deputados já comentaram, mas, na condição de Relator, faço algumas ponderações.

O Representado se defende dos fatos, não das imputações ou das qualificações jurídicas dos fatos. Há uma conexão intrínseca entre a existência de contas ilícitas no exterior e a origem lícita ou ilícita dos recursos. As perguntas se justificam justamente porque já era sabido, pela colaboração premiada, que o depoente participou de reuniões com Eduardo, Júlio Camargo, Youssef, bem como já era notório que Youssef transferiu recursos para políticos no exterior, inclusive isso foi consignado na fala do Sr. Meireles, aqui na Comissão. Ele não soube precisar exatamente se isso aconteceu na conta de Eduardo Cunha, mas disse que houve remessas para contas também na Suíça. Portanto, totalmente razoável trazer o depoente a este Conselho, já que ele conhece a respeito das transações feitas no Brasil, conhece o Representado, conhece o Sr. Youssef. Portanto, todas as questões tratadas aqui estão conexas. E, reitero, o Representado se defende dos fatos. E a admissibilidade aprovada por este Conselho foi clara em relação aos termos em que as investigações se dariam junto a este Conselho.

Feitas essas observações, concluo a minha ponderação hoje, fazendo uma resposta ao Deputado Subtenente Gonzaga, que fez um pedido a este Relator e, assim, encaminhei:

“Na semana passada, recebi do Deputado Subtenente Gonzaga ofício solicitando que fosse requerido ao Supremo Tribunal Federal o



compartilhamento de delação premiada efetuada pelo empresário Ricardo Pernambuco Júnior, da Carioca Engenharia. Por sua vez, recebidos os documentos enviados pelo Supremo Tribunal Federal nesta segunda-feira, observei que, apesar das inúmeras provas documentais já existentes, a delação premiada de Ricardo Pernambuco Júnior não está entre as peças processuais remetidas.

O depoimento prestado por Ricardo Pernambuco Júnior, não obstante a documentação já obtida, revela-se bastante importante para as investigações que vêm sendo efetuadas pelo Conselho de Ética, pois, segundo o noticiado, ele apresentou provas de transferências bancárias realizadas para contas de Eduardo Cunha no exterior, no valor de 52 milhões de reais.

Ante o quadro e, considerando o que diz o art. 14, § 4º, inciso IV, do Código de Ética, conforme o qual cabe ao Relator durante a instrução probatória proceder às diligências que entender necessárias, acolho o pedido do nobre Deputado Subtenente Gonzaga, solicitando o envio de novo ofício ao STF de modo a pleitear o compartilhamento de todos os depoimentos e documentos relacionados à delação premiada dos Srs. Ricardo Pernambuco e Ricardo Pernambuco Júnior, da Carioca Engenharia.”

Sr. Presidente, acolho o pedido do eminente Deputado Subtenente Gonzaga, também baseado no que dispõe o art. 13 da nossa norma de regência interna, especificamente na parte da sua regulamentação, que diz:

“Art. 13. A Mesa da Câmara, o Representante, o Representado ou qualquer deputado poderá requerer a juntada de documentos em qualquer fase do processo até o encerramento da instrução.”



Portanto, está devidamente fundamentada a decisão que apresento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Obrigado, nobre Relator.

Senhores presentes, a oitiva de amanhã seria em Curitiba; a testemunha seria João Henrique. O advogado dele, Dr. Cláudio Barbosa, que foi contatado todo o tempo, deixou praticamente acertado que seria amanhã. Mas ele ficou de dar um telefonema hoje, confirmando a oitiva, até a hora do almoço. Não deu. No final da tarde, o Dr. José Cláudio Barbosa nos afirmou, através da secretária Adriana, que a testemunha não tem interesse em depor no Conselho de Ética.

Portanto, nessas circunstâncias, nada podemos fazer. Uma das coisas pelas quais eu mais me batia, me bato e vou continuar a me bater é que o Conselho de Ética tem que ser reformulado para ter os poderes de uma CPI de convocar, e não apenas de convidar. Portanto, temos de poder convocar, e não apenas convidar. Essa é uma coisa por que eu me bato há muito tempo. Inclusive, há na CCJ um projeto nosso em tramitação com essa...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Hem?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Aliás, já foi aprovado na CCJ. Aguarda apenas para ser votado em plenário. Mas, como tudo em plenário, é difícil. O Deputado Eduardo Cunha... Quando se trata de Conselho de Ética, há sempre uma grande dificuldade. Até para dar número a um processo se demora 15 dias. E, como eu queria, no caso das testemunhas, dar a passagem, ele disse que não daria e queria que as testemunhas só falassem o que conviesse a ele.

Foi dito aqui por alguns Deputados que acompanham o Deputado Eduardo Cunha que era isso que tinha que ser feito, como se nós tivéssemos o poder de dizer à testemunha que ela só podia falar isso ou aquilo. Nós não podemos interferir no que a testemunha quer falar, até porque é cerceamento da palavra. Graças a Deus, isso não foi levado em consideração.

Deputada Tia Eron, V.Exa. quer falar alguma coisa? *(Pausa.)*



A Deputada Tia Eron assistiu à reunião todo o tempo, mas não falou nada. Eu saúdo V.Exa., Deputada Tia Eron, como Deputada da Bahia, uma mulher de Deus. Eu tenho certeza de que vai agir sempre como baiana.

Aos senhores da imprensa que aqui estiveram, aos senhores assessores eu reitero os meus agradecimentos. Sem os senhores nós não teríamos conseguido o que estamos conseguindo até agora. Sem a imprensa, sem alguns assessores, nós não teríamos conseguido o que conseguimos.

Vou reiterar o convite para as testemunhas mantidas pela defesa, marcando data para a oitiva.

O Deputado Marcos Rogério deve marcar as datas com as quatro testemunhas apresentadas pela defesa. Então, vamos aguardar essas datas. Estamos chegando perto do fim. Pelo menos já conseguimos chegar a perto do fim.

Nada mais havendo a tratar, agradeço aos senhores da imprensa, aos senhores assessores, a todos os que aqui estiveram. Peço desculpas pelo que aconteceu aqui, por manter a sala vazia, com a permanência só dos que estivessem sentados. Foi uma exigência, senão não teríamos o depoimento.

Muito obrigado.

Está encerrada a sessão. Até uma próxima oportunidade.

São 18h15min. Encerro esta sessão.